UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG
ESCOLA DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO

JULIANA MOREIRA RODRIGUES

AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES EM GOIÁS: CAMINHOS E CONTORNOS

GOIÂNIA
2015

sistema de bibliotecas ufg

UFG

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **[X] Dissertação** **[ ] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Juliana Moreira Rodrigues				
E-mail:	jurrodri@gmail.com				
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? [X]Sim [ ] Não					
Vínculo empregatício do autor					
Agência de fomento:		Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior		Sigla:	CAPES
País:	Brasil	UF:GO		CNPJ:	00889834/0001-08
Título:	AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES EM GOIÁS: CAMINHOS E CONTORNOS				
Palavras-chave:	Agricultura Familiar; Rede de Relações; Políticas Públicas.				
Título em outra língua:	Family agroindustries in Goias: ways and contours				
Palavras-chave em outra língua:	Family Farm; Network Relations; Public Policy.				
Área de concentração:	Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais				
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	31/08/2015				
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-Graduação em Agronegócio				
Orientador (a):	Prof. Dr. Márcio Caliari				
E-mail:	macaliari@ig.com.br				
Co-orientador (a):*					
E-mail:					

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [ ] NÃO[1]

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

_____ Data: ____ / ____ / _____

Assinatura do (a) autor (a)

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

JULIANA MOREIRA RODRIGUES

AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES EM GOIÁS: CAMINHOS E CONTORNOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agronegócio – PPAGRO, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre em Agronegócio.

Área de Concentração: Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais

Orientador: Prof. Dr. Márcio Caliari

GOIÂNIA
2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Moreira Rodrigues, Juliana
AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES EM GOIÁS: CAMINHOS E CONTORNOS [manuscrito] / Juliana Moreira Rodrigues. - 2015.
xc, 90 f.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Caliari.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia (EA) , Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Goiânia, 2015.
Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, gráfico, tabelas.

1. Agricultura Familiar. 2. Rede de Relações. 3. Políticas Públicas. I. Caliari, Márcio, orient. II. Título.

UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO
PPAGRO

Dissertação de Mestrado

"Agroindústrias Familiares em Goiás: caminhos e contornos"

JULIANA MOREIRA RODRIGUES

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio.

Aprovada por:

Prof. Dr. Márcio Caliari
Presidente-Orientador/ PPAGRO/EA/UFG

Profª. Drª. Gislene Auxiliadora Ferreira
Membro Externo/Escola de Agronomia

Profª. Drª. Cleonice Borges de Souza
Membro Interno/PPAGRO/EA/UFG

Goiânia, 31 de agosto de 2015.

Dedico este trabalho, com muito carinho, a minha Mamusca, que com maestria sempre trabalhou na transformação de alimentos, para além de alimentar nosso organismo, alimentar nossas esperanças e nossas almas (Exemplo de Fé).

AGRADECIMENTOS

Agradeço com muito apreço ao Prof. Dr. Márcio Caliari, que com leveza me orientou nessa pesquisa.

A UFG pela qualidade do ensino e a Capes pelo fomento da pesquisa.

A coordenação e secretaria do PPAGRO, nas pessoas da Professora Sônia, do Visconde e da Juliana, por toda gentileza oferecida.

Aos colegas do mestrado, por toda energia compartilhada, em especial nas "Atividades Extras".

A todos os professores que partilharam e enriqueceram nossos conhecimentos.

Aos membros da banda de qualificação e de defesa (Profª Cleonice e Profª Gislene), que muito colaboraram com os ajustes da pesquisa.

A minha família, em especial ao meu Pai Joaquim e Minha Mãe Alvina, por todo carinho e torcida para minha realização profissional. Aproveito para agradecer meu irmão (Tessio), minha cunhada (Rosy) e minha sobrinha (Thays) que sempre dispuseram aconchego para me acolher e repartir esperanças no caminho dos estudos.

Ao meu Honey (Mauro), que vivenciou comigo cada instante da construção desse trabalho, sempre com muita ternura e cumplicidade.

Aos agricultores e atores sociais que gentilmente compartilharam as informações para construção deste trabalho.

RESUMO

As agroindústrias familiares são alternativas criadas de forma coletiva, por meio de cooperativas, associações ou unidades familiares como forma de melhorar os padrões de desenvolvimento regional, diversificar a economia agrária e melhorar a renda dos agricultores. Considerando esse contexto, esta pesquisa teve como objetivo analisar as trajetórias de implantação e funcionamento das agroindústrias familiares, organizadas de forma coletiva no estado de Goiás. A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso e foi realizada em três agroindústrias de polpa de frutas, nos municípios de São Patrício, Goiás e Itapuranga, pertencentes às cooperativas CAPRUS, COOPAR e COOPERAFI, respectivamente. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os atores sociais que participaram das mobilizações para constituição dos empreendimentos. Como resultados, observa-se que as agroindústrias que estão se viabilizando são aquelas que possuíam uma rede de relações ampliadas com entidades governamentais e não governamentais e que tinham suas cooperativas estruturadas em processo anterior a instalação das agroindústrias. De forma geral, a pesquisa apontou que as agroindústrias são importantes na agregação, diversificação e inserção da produção familiar nos mercados. Porém ainda estão dependentes do mercado institucional. Faz-se necessário para o desenvolvimento dessas agroindústrias, o acesso a créditos de capital de giro, a garantia de assistência técnica especializada e a busca de nichos de mercados.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Rede de Relações; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The family agroindustries are alternatives created collectively through cooperatives, associations or family units in order to improve regional development patterns, diversify agrarian economy and improve the income of farmers. Considering this context, this study aimed to analyze the deployment trajectories and operation of family agroindustries, organized collectively in the state of Goias. The research is characterized as case study and was performed in three agro pulp of fruits, municipalities of São Patricio, Goias and Itapuranga belonging CAPRUS the cooperatives, COOPAR and COOPERAFI respectively. To collect data, semi-structured interviews with social actors who participated in the demonstrations for the creation of projects were carried out. As a result, it is observed that the agroindustries that are making possible are those that had a network of expanded relations with governmental and non-governmental entities and they had their cooperatives structured in a previous case the installation of agroindustries. Overall, the survey indicated that agroindustries are important in aggregation, diversification and inclusion of family farming in the markets. However they are still dependent on the institutional market. It is necessary for the development of these agroindustries, access to working capital loans, the specialized service assurance, and the search for niche markets.

Keywords: Family Farm; Network Relations; Public Policy.

LISTA DE SIGLAS

AFR	Agroindústria Familiar Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAPRUS	Cooperativa Agroindustrial de Produtores Rurais de São Patrício
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
COOPAR	Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Goiás e Região
COOPERAFI	Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
MIN	Ministério da Integração Nacional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRAFICAR	Programa de Reordenamento da Agricultura Familiar Integrado em Cooperativas de Atividades Rurais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SIPE	Sistema Integrado de Produto e Estabelecimento
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 11
2. REFERENCIAL TEÓRICO 15
2.1. Contextualizações das regiões de estudo 23
3. OBJETIVOS 27
3.1. Objetivo Geral 27
3.2. Objetivos Específicos 27
4. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA 28
4.1. Métodos 28
4.2. Procedimentos 29
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES 32
5.1. CAMINHOS: as trajetórias de consolidação das agroindústrias familiares, organizadas de forma coletivas, em Goiás 32
5.1.1. Agroindústrias de Polpas de Fruta Registradas em Goiás 32
5.1.2. Caracterização das agroindústrias investigadas 35
5.1.3. As diferentes trajetórias de constituição das agroindústrias familiares 38
5.2. CONTORNOS: avanços, limites e possibilidades para o funcionamento das agroindústrias familiares 41
5.3. REDE DE RELAÇÕES: as instituições e as políticas públicas entorno das agroindústrias familiares 47
5.3.1. Rede de relações estabelecidas pelas agroindústrias 47
5.3.2. Relações de Mercado e Políticas Públicas 49
5.4. DA CONCEPÇÃO AO FUNCIONAMENTO: um possível caminho para as agroindústrias 52
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 63
ANEXO 68
Anexo 1: Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa 69
APÊNDICES 74
Apêndice A: Questionário Teste - Diagnóstico Preliminar 75
Apêndice B: Roteiro de entrevista Semiestruturada 81
Apêndice C: Termo de Consentimento Livre Esclarecido 85
Apêndice D: Lista de entrevistados, cargos/funções profissionais e municípios 88
Apêndice E: Termo de Anuência das agroindústrias 89

1. INTRODUÇÃO

O processo de modernização da agricultura, baseado na produção de culturas consideradas *comodities*, tem sido alvo de análise por diversos segmentos, da mesma forma o enfoque desse processo na agricultura familiar tem ganhado um amplo espaço de discussão, pois gerou impactos que comprometem a permanência das pessoas no campo e, consequentemente, abalam a soberania e segurança alimentar da população.

Bueno e Souza (2011) destacam que o processo de modernização da agricultura brasileira ocorreu, de forma mais evidente, a partir da estruturação da Revolução Verde, que por sua vez, tinha o intuito, pelo menos publicamente, de aumentar a produção mundial de alimentos visando acabar com a fome no mundo. Tal empreitada revelou-se, com o passar do tempo, extremamente excludente, pois não produziu alimentos de fato consumidos pela população mundial nem promoveu uma reestruturação da estrutura agrária nos países onde foi inserida.

Para Pelegrini e Gazzola (2008), a agricultura familiar sofreu um processo de mercantilização, que provocou uma dinâmica seletiva no campo, permanecendo na atividade, de um lado uma parcela de agricultores marginalizados e menos capitalizados e do outro, essencialmente os mais capitalizados ou com maior inserção no mercado. Em decorrência dos resultados que as políticas de modernização provocaram na agricultura, especialmente pela não inclusão da maioria dos agricultores familiares no acesso ao crédito, surgiram críticas tanto na academia quanto na sociedade civil. Nesse contexto Schneider, Mattei e Cazella (2004) discutem que o diálogo entre o Estado e a sociedade civil tem-se modificado, ocorrendo a consolidação de outro modelo de Desenvolvimento Rural, tendo como alvo o fortalecimento das agroindústrias familiares

As agroindústrias familiares se tornaram uma forma de resistência dos agricultores para permanecerem no campo. Essas unidades passaram a representar a possibilidade de agregar valor aos produtos, gerar renda e oferecer oportunidades de emprego para a população rural e estimular a geração de inovações tecnológicas e a inserção socioeconômica do grupo familiar. As experiências mais promissoras têm estimulado inclusive a articulação dos sujeitos rurais, constituindo cooperativas de comercialização dos produtos das agroindústrias associadas, consolidando redes de produção-distribuição-consumo e, inserindo-se, inclusive, nas grandes redes de supermercados, atendendo, portanto, as demandas contemporâneas colocadas pelo setor agroalimentar (SULZBACHER, 2009, p. 8).

Nessa mesma perspectiva, Mior (2005) explica que a partir dos anos 1990 a aposta da agroindustrialização como estratégia de promoção da agricultura familiar e de desenvolvimento do espaço rural ganha legitimidade favorecendo assim o surgimento e difusão de novas formas de organização da produção e inserção no mercado.

As agroindústrias são uma alternativa para que os pequenos produtores pertencentes à agricultura familiar diversifiquem a produção e agreguem valores, possibilitando assim, maior oportunidade de sobrevivências. A agroindústria organizada por cooperativas ou mesmo por associações de produtores rurais familiares traz uma série de possibilidades aumentando o valor agregado dos produtos, gerando novas oportunidades de trabalho e melhorando a renda de famílias (MELO e VIEIRA, 2012). Nesse sentido, torna-se primordial para a sustentabilidade da agricultura familiar, o desenvolvimento de ações que garantam essa agregação de valor à produção, principalmente aos alimentos "in natura".

Gazolla (2012) destaca que a agregação de valor aos produtos é uma tarefa importante para o futuro da agricultura, pois especialistas têm apontado uma vulnerabilidade da economia brasileira no que se refere às vendas de matérias-primas com baixo valor agregado. Para garantir a viabilidade dos empreendimentos Mior (2007) aponta que um dos aspectos centrais é a constituição de redes sociais horizontais que os agricultores constroem com organizações sociais, instituições, atores e consumidores locais.

Em outra pesquisa, Mior (2008, p. 14) afirma que "a constituição de agroindústrias pode ser vista como um processo de reconfiguração de recursos promovido pela agricultura familiar em conjunto com suas organizações associativas e com o apoio do poder público".

Além da agroindústria familiar individual, há ainda a forma associativa de organização da agroindústria. De acordo com Mior (2008) a consolidação de uma agroindústria grupal (diversas famílias rurais, com algum grau de parentesco ou não) passa pela mobilização de recursos sociais (imersos nas relações sociais envolvendo, amizade, parentesco, confiança, reciprocidade, enfim, diversas formas de manifestação do capital social) que estão heterogeneamente presentes nas comunidades rurais.

Sobre o processo de consolidação de agroindústrias familiares, Sulzbacher (2009) destaca que é um processo que:

> [...] exige uma interação eficiente entre as estruturas interna e externa à unidade de produção familiar. Desde a motivação para a construção até o processo de consolidação e viabilização do empreendimento, percorre-se um longo trajeto marcado por uma série de entraves legais (sanitário, tributário, ambiental, etc) que precisam ser superados (p.4).

Os diferentes rumos e direções desenvolvidos ao longo das trajetórias de consolidação das agroindústrias familiares estão atrelados à capacidade de ação dos agricultores em prol de obterem maior valor agregado à sua produção. Nesse caminho que leva os agricultores a implantarem suas agroindústrias, estão incluídas as dinâmicas das suas relações sociais, seus recursos sociais e financeiros. Dessa forma, compreender as trajetórias significa relacionar não somente elementos do passado, mas também entender as formas como os agricultores direcionam suas atividades, fazendo uma imagem futura sobre elas (PLOEG, 2003 *apud* AGNE, 2014).

Compreender as trajetórias de consolidação das agroindústrias familiares requer entender também as estratégias utilizadas pelos agricultores, ou suas instituições coletivas, (como é o caso dessa pesquisa), para superar os desafios de ordem econômica, administrativa, normas sanitárias e acesso a mercados. Nessas histórias, incluem-se a interação dos agricultores com outros atores sociais e institucionais, além do relacionamento com as políticas públicas, principalmente as de comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Dados do Censo Agropecuário (2006) apontam que a agricultura familiar no Estado de Goiás tem grande potencial para contribuir com o desenvolvimento regional. O setor é numericamente bastante significativo, tanto se tratando de agricultores tradicionais como de assentados e oferece contribuição relevante para a produção de alimentos. Mesmo com alto potencial para produção de alimentos, o Estado de Goiás tem-se destacado somente na produção de matéria-prima.

Dessa forma, se tornam essenciais, estudos que destaquem a importância da agregação de valor à produção agrícola, principalmente na produção da agricultura familiar, que pode além de agregar atributos de qualidade, valores culturais, sociais e ambientais (PREZOTTO, 2002).

Até o momento as pesquisas sobre a temática da agroindustrialização na agricultura familiar são altamente concentradas na região sul do Brasil, entre os quais se destacam os autores: Mior (2005;), Schneider (2005), Sulzbacher e Neumann (2011), Gazolla (2013) e Agne (2014). É importante destacar que praticamente não existem estudos sobre as agroindústrias familiares em Goiás, em contrapartida as pesquisas relacionadas à complexos agroindústrias de grãos são bem representativas.

Dada a relevância das agroindústrias familiares para o desenvolvimento rural, essa pesquisa realizou um estudo de caso em agroindústrias familiares de empreendimentos coletivos no interior de Goiás, que tem como produto beneficiado, polpa de frutas.

Dentro dessa perspectiva, foram ressaltadas as trajetórias que levaram os agricultores a se organizarem coletivamente para constituir suas unidades de beneficiamento de alimentos. Sendo assim, por meio de uma abordagem teórica e estudos de casos, analisaram-se as agroindústrias familiares a partir das motivações que levaram os agricultores a constituir esse tipo de empreendimento, focando as dificuldades dessa trajetória e quais estratégias foram adotadas para superação dos desafios. Mas, vale notar que a grande parte dos estudos sobre agroindústrias familiares evidencia a perspectiva da família como núcleo individual que administra e coloca significados ao ato de processar alimentos e não na perspectiva coletiva, como proposto nesta pesquisa. Justifica-se, desta forma, essa pesquisa que traz uma abordagem inovadora, ao analisar o tema das agroindústrias familiares a partir da perspectiva coletiva do empreendimento cooperativo.

A análise aqui proposta busca apontar as particularidades das trajetórias de implantação e funcionamento das agroindústrias familiares, organizadas de forma coletiva. A questão central da pesquisa é: As agroindústrias familiares, organizadas de forma coletiva, estão conseguindo se viabilizar em Goiás?

Diante da questão que norteou a investigação, o objetivo geral da pesquisa foi analisar as trajetórias de implantação e funcionamento das agroindústrias familiares, organizadas de forma coletiva, em Goiás.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Existem múltiplas definições a cerca do termo “Agroindústria Familiar”. Wesz Jr, Trentin e Filippi (2006) relatam que as primeiras tentativas teóricas de caracterizar a agroindustrialização ocorreram com Kautsky (1980), Marx (1987), e Lênin (1992) quando estes definiram a agroindústria rural como sendo todas as atividades de manufaturas realizadas nas unidades de produção camponesa e que depois, com o aumento da divisão social do trabalho, passaram a ser desenvolvidas na cidade. Porém, Mior (2005) destaca que em decorrência da reestruturação econômica, produtiva e institucional do meio rural brasileiro o processo agroalimentar têm passado por intensas transformações, ganhando espaço as atividades de agregação de valor à produção familiar.

A constituição de agroindústrias familiares pode ser vista como um processo de reconfiguração de recursos promovidos pela agricultura familiar em conjunto com suas organizações associativas e com o apoio do poder público (MIOR, 2008).

A partir do momento em que as agroindústrias familiares começaram a ganhar espaço no meio rural, foi crescente o número de estudos acadêmicos direcionados a análise dessas ocupações. Wilkinson (1999), Prezotto (2002), Mior (2005), Schneider (2005) e Wesz Junior; Trentin e Filippi (2006) são alguns dos autores que, após suas pesquisas, passam a conceber as agroindústrias como uma importante ferramenta de geração de renda para a agricultura familiar.

Mesmo com a crescente onda de estudos sobre as agroindústrias familiares, ainda não se chegou a um consenso a cerca de um termo único que melhor defina tal objeto de estudo. Assim, podem ser levados em consideração tanto os aspectos qualitativos, bem como os quantitativos, dependendo da realidade temporal e espacial e das condições socioeconômica e mercadológica à qual o empreendimento estiver inserido (WESZ JUNIOR, TRENTIN e FILIPPI, 2006).

Para Mior (2005), a “agroindústria familiar rural” é concebida como uma forma de organização na qual a família tem o papel central na produção, pois produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, objetivando a produção de valor de troca no ato da comercialização. Segundo o autor, a agroindústria familiar rural se constitui em um novo espaço e em um novo empreendimento social e econômico, o qual apresenta um conjunto de características variáveis de uma região para outra, tais como: localização no meio rural, utilização de máquinas e equipamentos e escalas menores, procedência própria da

matéria-prima em sua maior parte, processos artesanais próprios, assim como da força de trabalho da família. Pode ainda, constituir unidades associativas, reunindo uma ou várias famílias, com vínculos de parentesco ou não.

Para Prezotto (1997), a agroindústria, quando familiar, pode ser definida como uma unidade de transformação e/ou beneficiamento de produtos agropecuários produzidos pelos agricultores familiares. Ela é gerenciada pelos próprios agricultores e constituída de instalações e equipamentos adequados à escala de produção não industrial tradicional, ou seja, de grandes agroindústrias.

Schneider (2005) acaba considerando a agroindústria familiar como uma forma de pluriatividade pára-agrícola, que na verdade resulta de um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola obtida dentro de um estabelecimento ou adquirida em parte ou na totalidade de fora, onde o destino é a comercialização.

Para Pelegrini e Gazolla (2008, p. 78), estas iniciativas em torno da agregação de valor podem ser conceituadas como "atividades de produção de matérias-primas agropecuárias e alimentos com sua consequente transformação em derivados alimentares de diversos tipos, ocorrendo neste processo agregação de valor ao produto final". Além disso, é peculiar para estas unidades a predominância do trabalho e administração por parte do próprio núcleo familiar, que empresta os significados, conhecimentos e as estratégias que serão adotadas na atividade. Também é característico destas experiências a pequena escala de produção e as ligações locais de proximidade com os mercados, muitas destas, por vezes, informais. Para os autores, estas unidades agroindustriais surgem em locais em que há uma agricultura, geralmente familiar, consolidada há algum tempo, e se utilizam de recursos locais, tecnologias apropriadas ao ecossistema local, atendendo a novas demandas alimentares da população em termos de hábitos culturais e saúde.

Estudos também têm apontado para o papel importante dos mercados locais na reprodução destas iniciativas, pois geralmente estão ligadas a redes de proximidade, onde os tipos de transações e relações sociais estabelecidas com os consumidores e compradores são determinantes na colocação dos seus produtos nos mercados, pois muitas iniciativas são marginais aos sistemas de fiscalização e à legislação agroalimentar vigente (WILKINSON, 2008).

Alguns estudos, como de Maluf (2003, p.141), já conseguem ampliar o conceito indicando a importância das agroindústrias de forma coletiva, destacando no entanto que "a estratégia de associação de agregação de valor aos produtos agrícolas parece estimular a

especialização entre as unidades familiares, alternativa que, isoladamente, seria um risco para os agricultores, o que acarretaria implicações negativas".

Ainda existe uma definição normativa do termo "agroindústria familiar" instituído pelo IBGE para mensuração de dados do Censo Agropecuário 2006:

> Agroindústria rural se refere às atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, que foram realizadas em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tivesse sido dada pelo produtor (IBGE, 2006, p. 31).

Apesar das múltiplas definições do termo, uma coisa há em comum entre todos os autores que: "as agroindústrias familiares se constituem numa importante estratégia de reprodução social para agricultura familiar". Schneider et al. (2013) aponta que a agregação de valor passa a ser uma estratégia de desenvolvimento rural interessante quando os atores sociais possuem o controle sobre os principais elos da cadeia produtiva (produção das matérias-primas, fabricação dos alimentos, administração das unidades, comercialização direta etc.).

Segundo Prezotto (1997), a agricultura familiar tem um papel muito importante para o desenvolvimento de uma região ou de uma sociedade, portanto carece de esforços e iniciativas por parte da sociedade, das instituições de representação, das lideranças, da comunidade entre outros, que poderiam auxiliar e pressionar o governo a estabelecer políticas públicas viáveis e de sustentabilidade para a agricultura familiar. O autor destaca a necessidade de apoio multissetorial em Agroindústrias Familiares, pois estas contribuem com o desenvolvimento local e regional, estimulando assim, o aumento da arrecadação de impostos, em especial em municípios menores com a permanência e a aplicação da renda da agricultura retornando para o próprio município e arredores, ocorrendo, principalmente o surgimento e/ou fortalecimento do comércio local e do aumento do consumo, seja de alimentos, insumos e equipamentos agropecuários.

Em 2006, o MDA criou o Programa de Agroindustrialização da Produção de Agricultores Familiares que atenta para a importância da implantação de agroindústrias, uma vez que estas representam "uma das alternativas econômicas para a permanência dos agricultores familiares no meio rural e para a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável", que pensa o rural como um todo e não tão somente ligado à produção agrícola. No ano de 2009 foi criada uma linha de crédito, denominado PRONAF

Agroindústria, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR/MDA), a partir de vários debates acerca da importância desta atividade enquanto estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2012).

O Programa de Agroindustrialização da Produção dos Agricultores Familiares tem como objetivo principal apoiar a agroindustrialização da produção dos agricultores familiares e a sua comercialização, de modo a agregar valor, gerar renda e oportunidades de trabalho no meio rural, com a consequente melhoria das condições de vida das populações beneficiadas (BRASIL, 2004).

Construído com vistas ao desenvolvimento rural sustentável, o Programa contempla cinco dimensões: a dimensão *econômica* (quer o crescimento da produção e da produtividade e a inserção competitiva dos agricultores familiares no mercado, através da agroindustrialização); a dimensão *social* (envolve a equidade de acesso a serviços de bem-estar social); a dimensão *ambiental* (uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a preservação permanente e/ou sua recuperação); a dimensão *institucional* (prevê a cooperação entre todas as instituições, desde municípios vizinhos até os sistemas de pesquisa e extensão); a dimensão *política* (significa a luta pela cidadania, pela gestão social, participação etc); a dimensão *espacial* (potencializar o uso do espaço, desconcentrar a população e a renda) e a dimensão *cultural* (considera estratégica a manutenção e valorização da cultura e da realidade local).

Essas dimensões complementam-se com estratégias para iniciar e ampliar a comercialização, pautadas principalmente na qualidade e na diferenciação do produto oriundo das agroindústrias familiares. Como justifica o Brasil (2004) “é necessária à promoção de uma nova relação mais estreita da pequena agroindústria com os consumidores” (p. 09).

Mas ainda cabe destacar que nem tudo depende exclusivamente das políticas públicas, ou seja, o padrão de desenvolvimento rural de uma dada região é resultado de uma gama muito variada de processos (relações sociais, cultura, organização, etc), não se restringindo às dimensões das políticas públicas (MIOR, 2005).

Neste contexto para que esta atividade se constitua num verdadeiro processo de (re)valorização do espaço rural, é necessário que venha consorciada com políticas públicas que considerem a diversidade de atores sociais, as redes de relações e suas diferentes lógicas de organização da produção e consumo de alimentos. Este processo precisa também incorporar, cada vez mais, a qualidade ecológica e rural, apontando para um desenvolvimento rural sustentável e endógeno, buscando a intensificação da integração dos diversos tipos de saberes e escalas espaciais (MIOR, 2005).

Reforçando os argumentos da importância da rede de relações para as agroindústrias Sulzbacher e David (2008) afirmam que “a questão de potencializar as redes coloca em cheque a unidade territorial municipal como estratégica no desenvolvimento rural” (p.32).

No seu estudo acerca das agroindústrias familiares rurais no Oeste Catarinense, Mior (2005) esclarece que:

> O mapeamento das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento da agricultura e da agroindústria familiar evidenciou a existência de um processo de mudança na regulação do desenvolvimento rural. As políticas públicas estão caminhando para abordagens mais endógenas [...] do âmbito federal, passando pelo governo estadual, há iniciativas de desenvolvimento que potencializem a agricultura familiar, a partir de abordagens mais participativas (p.186).

A participação mais efetiva dos agricultores familiares pode ser alcançada com o associativismo, grande potencializador das estratégias locais de desenvolvimento rural. A integração dos pequenos agricultores e de seus familiares no sistema associativista é uma experiência que está sendo praticada principalmente para enfrentar a concorrência e atender o grande e exigente mercado final, onde atua a agroindústria (BRASIL, 2004).

Silveira e Heinz (2005) compreendem a cooperação como elemento agregador no processo de viabilização da produção da agricultura familiar, no qual “a solidariedade e o compartilhamento de objetivos e metas é a alavanca da economia solidária em gestação” (p.7).

Nessa mesma perspectiva, Sulzbacher e David (2008) reforçam que “o aprender coletivo é essencial para a troca de experiências e conhecimentos, para definir processos cooperativos e para a descentralização necessária dos interesses individuais que possam vir a gerar conflitos no grupo e dividir esforços” (p. 31).

O tema da agroindustrialização insere-se nas discussões das transformações mais recentes do sistema agroalimentar e da agregação de valor aos produtos agropecuários. Nos últimos anos, as transformações no agronegócio têm sido intensas, especialmente em questões que perpassam meio ambiente, incrementos tecnológicos e a necessidade de maior agregação de valor aos produtos voltados aos mercados internos e externos. Na agricultura familiar, a agregação de valor também é uma necessidade manifestada tanto pelos agricultores por meio de suas iniciativas, como pelos agentes de desenvolvimento e pelas próprias políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Sobre a agregação de valor realizada por agroindústrias, Maluf (2004) destaca que o grande sentido das agroindústrias familiares é produzir sua própria matéria prima agrícola e agregar valor à mesma processando-a, seja de forma individual ou associativa, pois isso possibilita a diferenciação social e econômica destes agricultores. Nesse sentido, Schneider et al. (2013) afirmam que "a agregação de valor aparece como um argumento principal para a estruturação de estratégias de desenvolvimento rural fundadas na expansão deste tipo de experiência" (p. 47).

Cabe destacar que, em nível nacional, as estimativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apontavam para a existência de aproximadamente 35 mil empreendimentos de agroindustrialização, em 2008. Conforme exposto por Sulzbacher e Neumann (2011), os números indicam que os empreendimentos rurais têm de alguma forma, construído mecanismos de agregação de valor, historicamente praticados:

> Em geral, pode-se entender a Agroindústria Familiar Rural como uma atividade que assume uma forma e uma denominação moderna (tanto pelo nome 'agroindústria' como pela exigência de infraestrutura específica), mas seu conteúdo é essencialmente cultural e ligado ao tradicional processamento de produtos agropecuários, sejam de origem animal ou vegetal, sejam alimentos ou bebidas historicamente presentes no espaço rural brasileiro (SULZBACHER e NEUMANN, 2011, p.10).

Vieira (1998) aponta duas características que motivam a formação das agroindústrias familiares, a primeira delas é o excedente da produção, e a outra seria o atrativo do mercado, que garante maior preço para o produto beneficiado. Ou seja, como ressalta Mior (2005), uma estratégia é aproveitar as oportunidades de comércio daquilo que produz para consumo e a outra é a reconfiguração de sua relação com o mercado, passando a produzir alimentos com maior valor agregado.

Mior (2008) analisando as trajetórias das agroindústrias familiares em Santa Catarina observou que, existem trajetórias singulares de consolidação das agroindústrias familiares que são diferentes da percorrida pela grande agroindústria convencional.

> A forma de produção da matéria-prima a ser processada (própria, local, natural e/ou ecológica), os insumos utilizados (naturais e/ou químicos), o tipo de produto e os processos de fabricação (colonial/artesanal), assim como o tipo de relacionamento (relações de confiança e de reciprocidade) existente entre os vários atores presentes ao longo da cadeia (rede) de produção e, especificamente, a relação direta entre produtor e o consumidor, são algumas características que conformam, em maior ou menor grau, esta singularidade quando comparada com a agroindústria convencional (p.15).

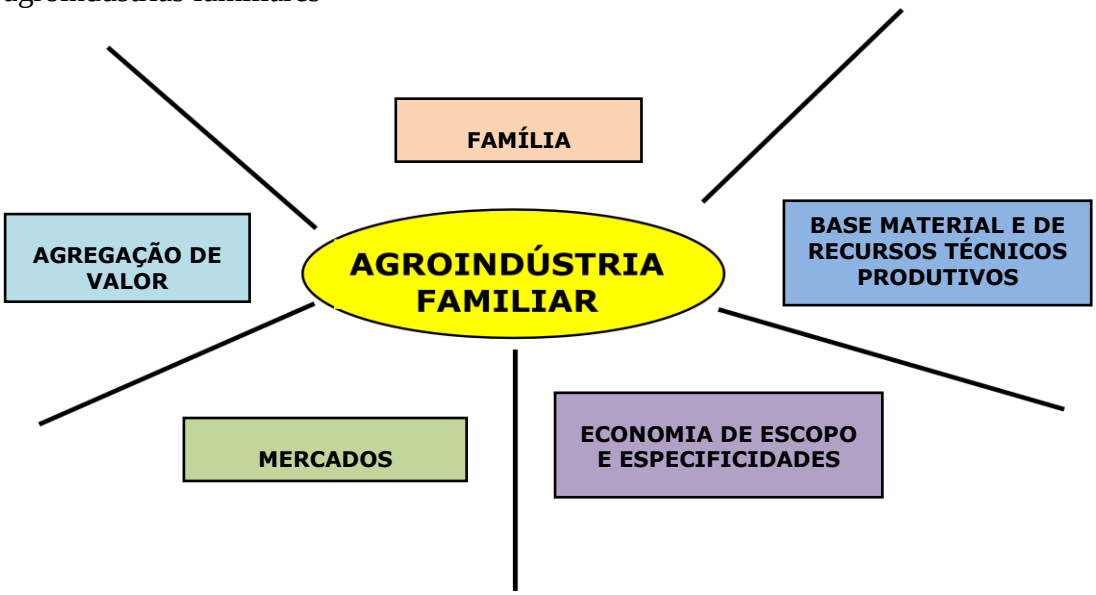
As discussões mais recentes sobre as agroindústrias familiares são propostas por Gazolla (2013), que aponta cinco elementos para redefinir as agroindústrias familiares no Brasil:

> As agroindústrias desenvolveriam-se conjugando cinco elementos principais: a lógica familiar (agência); uma base material e de recursos técnicos produtivos; diferentes processos de agregação de valor; a pequena/média escala ligada a produção de alimentos diferenciados/com especificidades e, suas ligações sociais e econômicas com os mercados e instituições. Estes elementos estariam presentes em todas as experiências, definindo-as, mesmo que não seja sempre perfeitamente integrados nos diferentes processos de agroindustrialização. Também diferenciando as agroindústrias, dependendo das estratégias que os agricultores colocarem em prática e do contexto institucional presente (GAZOLLA, 2013, p.91).

Os elementos apontados por Gazolla, são baseados no conceito de "condições alargadas", propostos por Ploeg (2008). De forma sucinta, estes elementos são: (a) a forma familiar de produção, gestão e trabalho nas agroindústrias, aliada a capacidade de agência dos agricultores; (b) a pequena e média escala ligada a produção de alimentos com qualidades específicas (produtos diferenciados e com inovações embutidas); (c) a existência de uma base material de recursos que é estrategicamente autocontrolada (trabalho familiar, autoconsumo, terras, etc.) pelas famílias, sendo só em partes mercantilizada e assentada numa lógica que estaria de acordo com os fundamentos da economia de escopo. As agroindústrias ainda se baseariam: (d) na agregação de valor as próprias matérias primas produzidas pela família, que seria a característica central das agroindústrias, sendo isso manifestado em três direções principais (agregação de valor econômico ligado às transformações que os alimentos sofrem, agregação de valor social ligada a forma familiar de produção e trabalho e a baseada na produção de alimentos típicos de um local ou território) e; (e) a comercialização dos alimentos que é desenvolvida principalmente em mercados locais ou de proximidade, devido a fatores como a informalidade, fidelidade dos consumidores devido as relações pessoais desenvolvidas historicamente e existência de um contexto institucional que por vezes lhes é hostil (GAZOLLA, 2013).

A figura 1 apresenta as "condições alargadas" dos processos de reprodução social das agroindústrias familiares.

Figura 1: Representação dos elementos que interferem nos processos de reprodução social das agroindústrias familiares



Fonte: adaptado de Gazolla (2013)

A partir dos elementos apontados por Gazolla (2013) é que essa pesquisa direcionou seus enfoques para compreender os entraves nos processos de agroindustrialização em empreendimentos coletivos de Goiás, destacando de que forma a trajetória de consolidação das agroindústrias coletivas influenciam na sua viabilidade, destacando a interação desses empreendimentos com outros atores sociais e institucionais.

2.1. Contextualizações das Regiões de Estudo

De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2005), organizados na Tabela 1, o Estado de Goiás possui 70% de suas propriedades de agricultura familiar, porém estão estabelecidas em pequenas frações de terra, ocupando apenas 16% do total de áreas.

Tabela 1: Variação de número e área de imóveis rurais cadastrados no INCRA em Goiás

Municípios	Módulo fiscal*	Área (ha)	Imóveis	
			Qtde	Área (ha)
ESTADO DE GOIÁS			**146.461**	**30.956.930,40**
Pequena propriedade			103.205	5.034.458,20
Média propriedade			31.168	9.104.528,30
Grande propriedade			12.088	16.817.943,90
São Patrício	20		209	13.889,00
Pequena propriedade		de 0 a 80	165	3.683,40
Média propriedade		mais de 80 a 300	38	6.232,10
Grande propriedade		mais 300	6	3.973,50
Goiás	45		1.921	241.219,40
Pequena propriedade		de 0 a 180	1.520	Nd
Média propriedade		mais de 180 a 675	309	107.504,20
Grande propriedade		mais 675	92	133.715,20
Itapuranga	20		2.026	115.831,80
Pequena propriedade		de 0 a 80	1.681	39.459,50
Média propriedade		mais de 80 a 300	290	42.117,90
Grande propriedade		mais 300	55	34.254,40

Fonte: INCRA, 2005.
Dados organizados pela autora.
*Nota: Pequena propriedade - até 4 módulos fiscais.
Média propriedade - mais de 4,1 à 15 módulos fiscais.
Grande propriedade - mais de 15,1 módulos fiscais.

Nos municípios pesquisados a presença da agricultura familiar também é predominante, em média todos os três municípios (São Patrício, Goiás e Itapuranga) possuem 80% de suas propriedades com área inferior a quatro módulos fiscais, fator característico da agricultura familiar.

Mesmo com predominância da agricultura familiar nas regiões de estudo, a quantidade de população rural que permanece no campo é diferente em cada um dos municípios. Dados do IBGE (2010) mostram que no município de São Patrício do total de 1991 habitantes, 41% da população é rural, enquanto que no município de Goiás que tinha 24.727 habitantes, 25% da população continuava no campo e o município de Itapuranga, com 26.125 habitantes, mesmo tendo maior número de propriedades de agricultura familiar, possui apenas 19 % de sua população residente no meio rural.

2.1.1. SÃO PATRÍCIO-GO

São Patrício surgiu por volta de 1964, em função do potencial agrícola da região. A iniciativa foi do pioneiro José de Deus Honorato, que batizou o povoado de Vila de São Patrício. Na época, o local pertencia a Carmo do Rio Verde. O povoado passou a distrito em 10 de janeiro de 1988. Em 28 de dezembro de 1995 tornou-se município passando a se chamar São Patrício possuindo 171,957 km².

Atualmente São Patrício conta com uma população de 1.991 habitantes, com rendimento médio mensal nos domicílios rurais de R$1.289,73, e nos domicílios urbanos de R$1.565,33, segundo os dados do IBGE (2010).

As atividades econômicas de São Patrício são basicamente pecuária, agricultura e fruticultura. A pecuária fornece além da produção de leite, outros derivados como a carne e o queijo. Já a agricultura se destaca pela vasta produção de milho, arroz, feijão e outros que tem se diferenciado como a produção de mandioca, pimenta, abóbora e cana-de-açúcar.

A fruticultura também vem ganhando destaque pela produção de maracujá, banana, melancia, tomate, acerola e mamão. No município de São Patrício-GO, de acordo com o IBGE (2006) constam 165 propriedades familiares contando com uma área de 3.683,4 ha, enquanto há 44 propriedades não familiares com uma área de 10.205,6 ha. De acordo com o os dados do Censo Agropecuário, o município de São Patrício-GO no ano de 2009 obteve uma produção agrícola de aproximadamente 324 toneladas de arroz, 150.000 toneladas de cana-de-açúcar, 1.080 toneladas de mandioca, 1.280 toneladas de milho, 900 toneladas de maracujá (IBGE, 2006).

Devido a alta produtividade de maracujá no município, em 2006 os produtores se organizaram para constituírem uma cooperativa de produção denominada “CAPRUS - São Patrício”, para então implantar uma agroindústria de processamento de polpas de frutas, com a missão de gerar maior produtividade, processamento e industrialização do próprio produto.

2.1.2. GOIÁS

O município de Goiás foi fundado em 1683, foi sede administrativa do estado de Goiás, de 1744 ate 1937. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído de 6 distritos: Goiás, Buenolândia, Calcilândia, Davidópolis, São João e Uvá. A população estimada em 2010, contabilizava 24.727 habitantes (IBGE, 2010)

De acordo com Bueno e Souza (2011), a estrutura agrária do município de Goiás foi pouco alterada desde sua ocupação inicial. No entanto, a partir de meados da década de 1980, com a luta pela terra de diversos grupos camponeses, ocorreu um relativo rearranjo territorial

local. Esta luta resultou na criação de 22 Projetos de Assentamento Rural, subvertendo parcialmente a estrutura agrária historicamente estabelecida pelo latifúndio. Os assentamentos constituídos representaram a territorialização de 647 famílias camponesas.

Um dado que mostra a transformação da matriz produtiva no Município, pode ser verificado nos levantamentos do IBGE (2010), como é o caso da área colhida de arroz que em 1990, alguns anos após a instalação do primeiro assentamento no município, englobou apenas 500 hectares, em 2009, já abrangia 2.600 hectares. Na avaliação de Bueno e Souza (2011), o aumento da produção de alimentos é diretamente associada a produção da agricultura familiar, assim como os assentamentos também têm-se identificado na produção de frutas e verduras sem a utilização de agrotóxicos. Essa mudança de base produtiva pode ser "o início de um processo de mudança local e regional que pode fornecer a base para uma transformação mais ampla" (p.11).

2.1.3. ITAPURANGA-GO

A origem do povoado de Itapuranga-GO ocorreu no ano 1933. Nesse ano, os frades dominicanos que residiam na cidade de Goiás solicitaram o titulo de posse de uma área devoluta do Estado, localizada na margem esquerda do Ribeirão Canastra (IBGE, 2010).

O primeiro topônimo foi batizado Xixá, pois a celebração da primeira missa campal do povoado aconteceu na sombra de uma árvore conhecida como Xixazeiro. O município se localiza na mesorregião do centro goiano, microrregião de Ceres, distante 155 km de Goiânia.

A população do Município, estimada no Censo demográfico 2010, contabilizava 26.125 habitantes.

O Município ocupa uma área de 1.616 km, divididos entre a sede urbana e cinco distritos: Diolândia, Lages, Vila São José, Guaraita e Cibele, contando também com o povoado Cruzeiro Dourado.

Dados do Censo Agropecuário de 2006 mostram que o município de Itapuranga, possui 2026 propriedades rurais, sendo que 1681 são pequenas propriedades, caracterizando a forte predominância da Agricultura Familiar no Município.

Atualmente, as atividades econômicas desenvolvidas pelos agricultores familiares de Itapuranga estão voltadas para a diversidade produtiva, cujo objetivo principal é atender as necessidades alimentares da família e a comercialização do excedente. As propriedades familiares com área de terra reduzida, até 15 hectares, além da produção agrícola de gêneros alimentícios, se dedicam também a criação de pequenos animais (galinhas, suínos e bovinos),

além dos cultivos mercantis de hortaliças e frutíferas. Já as propriedades com áreas maiores, produzem culturas alimentares e frutíferas, mas tem como atividade principal a pecuária leiteira (MATOS, 2007).

3. OBJETIVOS

3.1. GERAL

Analisar as trajetórias de implantação e funcionamento das agroindústrias familiares, organizadas de forma coletiva, em Goiás.

3.2. ESPECIFÍCOS

- ✓ Identificar as agroindústrias de polpa de fruta que possuem registro na inspeção sanitária em Goiás, selecionando as que estão vinculadas às cooperativas;
- ✓ Aplicar diagnóstico para conhecer as agroindústrias selecionadas, pontuando os fatores que motivaram suas origens;
- ✓ Relacionar os desafios para o funcionamento dessas agroindústrias, associando as estratégias utilizadas para superação dos obstáculos;
- ✓ Analisar a relação desses empreendimentos com outras organizações e as políticas públicas do segmento.
- ✓ Apontar os principais aspectos que devem ser seguidos para a implantação e funcionamento de agroindústrias familiares, organizadas de forma coletiva.

4. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

4.1 - Métodos

Nesta seção, são apresentadas as etapas da pesquisa, com as principais ferramentas metodológicas que foram utilizadas, com vistas a responder o questionamento que norteou a investigação.

O raciocínio lógico da investigação científica nesta pesquisa é enquadrado no método científico indutivo. Pelo processo indutivo, Gray (2012, p. 19) destaca que, "o pesquisador avança para descobrir um princípio unificador (...) a indução avança de detalhes fragmentários para uma visão conectada da situação".

Quanto a caracterização do estudo, este se enquadra como interdisciplinar, uma vez que é de interesse principalmente das áreas de Sociologia, Ciências Agrárias, Alimentos e Administrativas. Com a finalidade de atender as demandas da interdisciplinaridade da pesquisa, foi utilizado uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos, afim de possibilitar a triangulação de dados, pois "a triangulação supera as limitações de um método único por combinar diversos métodos e dar-lhes igual relevância" FLICK (2009, p. 32). Aliada a essa combinação de técnicas, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, as entrevistas e a observação.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de levantamento de materiais já publicados tais como livros, artigos, revistas e teses. O delineamento bibliográfico foi realizado de acordo com as diretrizes propostas por Gil (2010, p. 29-30), assim os referenciais teóricos nortearam a conceituação, análise e interpretação dos dados, bem como a contextualização das trajetórias de consolidação das agroindústrias familiares de empreendimentos coletivos.

A pesquisa documental foi utilizada com o objetivo de obter dados importantes para a pesquisa junto aos órgãos de inspeção sanitária. Outra técnica complementar de coleta de dados qualitativos foi a observação. Foram realizadas observações junto aos agricultores familiares e seus empreendimentos para conhecer questões relativas ao funcionamento das agroindústrias, as observações foram organizadas com o auxílio de uma ferramenta denominada diário de campo, que consistiu no registro de detalhes dos dados, das observações e das reflexões que surgiram no decorrer das entrevistas, propiciando a captação de passagens, ideias e questões essenciais à pesquisa que os atores poderiam não mencionar.

Como fonte de dados diversos, estão relacionados, documentos coletados junto às agroindústrias e suas cooperativas, abrangendo os seguintes arquivos: atas, estatutos, convênios, laudos de inspeção sanitária e notificações.

Quanto a tipologia do estudo, se caracteriza como estudo de caso. Como descrito por Bell (2008, p.18) “Os pesquisadores de estudos de caso visam identificar, a partir das características comuns e específicas, os vários processos interativos em ação e mostrar como eles afetam a implementação de sistemas e influenciam a maneira como uma organização funciona”. Com essa mesma perspectiva, Gil (2010) indica que o estudo de caso é encarado como um delineamento mais adequado para investigação de fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto real.

4.2 - Procedimentos

Para identificar as agroindústrias de polpa de fruta que tinham registro na inspeção sanitária em Goiás foi realizado um levantamento no Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos (SIPE), disponibilizado no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Utilizou-se o sistema SIPE-MAPA, para buscar as informações referentes a razão social dos empreendimentos, os municípios e endereços de localização, a marca dos produtos e a data de concessão do registro. Essas informações foram utilizadas para identificar as agroindústrias que eram vinculadas às cooperativas e delimitar o universo da pesquisa. Utilizou-se técnica semelhante a realizada por Gazolla, Nierdele e Waquil (2012) que também utilizaram dados secundários, disponibilizados no Censo Agropecuário 2006 para identificar a agregação de valor em nove produtos oriundos da agricultura familiar.

Para delimitação do universo da pesquisa utilizou-se uma amostragem não probabilística, intencional. A característica comum dos ambientes é o tipo de produto beneficiado – polpa de frutas.

Definidas as agroindústrias, foram realizadas visitas em cada uma delas, afim de estabelecer um primeiro contato, apresentar a proposta de pesquisa e recolher o termo de anuência assinado pelos responsáveis legais do empreendimento (Apêndice E, p. 88).

A segunda etapa foi conhecer as agroindústrias para identificar os fatores que motivaram suas origens. Primeiramente foi elaborado um questionário-teste (Apêndice A, p. 74) com questões semi-fechadas e aplicou-se com duas pessoas, sendo uma de cada agroindústria.

Na terceira etapa, considerou-se as observações do questionário aplicado e reestruturou-se em um roteiro de entrevistas semiestruturadas (Apêndice B, p. 80) que foi construído em quatro eixos principais: a identificação, o resgate da memória dos empreendimentos, seu funcionamento e o relacionamento com outros atores sociais, institucionais e as políticas públicas. A construção das questões que compõem o roteiro de

entrevista foi baseada nas metodologias de pesquisas utilizadas por GAZOLLA (2013) que investigou “como os agricultores familiares constroem agroindústrias que conseguem produzir novidades, acessando mercados para os seus produtos e desenvolvendo interações com outros atores sociais, instituições e ações governamentais no contexto em que estão imersos”; e por Agne (2014), que pesquisou as “Mudanças institucionais na agricultura familiar: as políticas locais e as políticas públicas nas trajetórias das famílias nas atividades de processamento de alimentos no Rio Grande do Sul”.

Optou-se por uma amostragem intencional, na qual as pessoas entrevistadas foram atores sociais que têm ou já tiveram alguma relação na concepção do projeto da agroindústria, incluindo agricultores familiares, técnicos e gestores das cooperativas ou das próprias agroindústrias. Desta forma, a amostragem da pesquisa adotou critérios não probabilísticos. Os dados foram obtidos, principalmente, pela realização de entrevistas semi-estruturadas. Essa amostra foi delimitada conforme os conceitos propostos por Minayo (2010, p.64), “a entrevista semi-estruturada garante ao pesquisador, construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa”. O uso de um roteiro de entrevistas semi-estruturadas possibilitou um diálogo mais interativo com os grupos almejados.

Para o contato com os entrevistados foram adotados alguns procedimentos para garantir maior conforto e liberdade de expressão (os quais aconteceram antes das entrevistas): primeiramente, foi realizado um diálogo com os entrevistados, utilizando linguagem de senso comum, explicando as motivações para a realização do trabalho, a instituição de ensino superior e o Programa de Pós Graduação.

Para cada entrevistado foi entregue o Termo de Livre Consentimento (Apêndice C, p. 84), aprovado no Comitê de Ética e Pesquisa, sob nº CAAE 25752614.4.0000.5083 (Anexo 1, p.68).

Ao total, foram entrevistados quinze pessoas, entre agricultores, técnicos e gestores dos empreendimentos (cooperativa e/ou agroindústria), que foram selecionadas de forma dirigida, não aleatória (Apêndice D, p.87). De acordo com Deslauriers e Kérisit (2008, p. 138), “na pesquisa qualitativa a amostra não se constitui ao acaso, mas sim em função de características precisas, que o pesquisador pretende analisar”.

Em pesquisas qualitativas, o número de informantes depende da profundidade das respostas, qualidade, recorrência e divergência das informações. Dessa maneira, o número de entrevistas atinge a saturação quando não aparecem elementos novos nas respostas (DUARTE, 2002).

Cada pessoa foi entrevistada individualmente, porém as entrevistas tiveram caráter coletivo, ou seja, as respostas foram direcionadas à compreensão do empreendimento como um todo, a partir das suas relações com outros atores sociais. As entrevistas foram realizadas em locais diversos: agroindústrias, cooperativas e residências dos entrevistados.

Os depoimentos obtidos por meio das entrevistas semi-estruturadas, foram gravadas procedendo-se, posteriormente, à transcrição. Após a transcrição, os depoimentos foram sistematizados de acordo com as categorias de análise estabelecidas. Por conseguinte, os trechos centrais de falas importantes foram citados literalmente no decorrer da elaboração do texto, como forma de ilustrar a percepção dos entrevistados sobre os temas da pesquisa. Salienta-se que para algumas falas foram necessárias algumas correções ortográficas e gramaticais, na intenção de possibilitar uma melhor compreensão do texto. Contudo, se manteve fidedigno o sentido dos depoimentos dos entrevistados.

Para a análise dos dados foi utilizada a técnica descritiva-interpretativa, em que o pesquisado descreve as características da população ou fenômeno estudado, bem como as opiniões desse grupo, e faz uma interpretação das informações obtidas (DESLAURIERS e KÉRISIT, 2008)

Logo, os dados obtidos das entrevistas tentaram captar, pelas respostas dos diversos atores sociais, os acontecimentos sociais e institucionais em torno das agroindústrias, conforme disposto na tabela 2. Para permitir um aprofundamento e entendimento dos dados captados nas entrevistas, foram elaboradas quatro categorias de análises: 1) Caminhos; 2) Contornos; 3) Rede de relações; e 4) Políticas Públicas.

Tabela 2: Subtemas, categorias de análises e indicadores da pesquisa

SUBTEMAS	CATEGORIAS DE ANÁLISE	INDICADORES
Trajetórias	Caminhos	- Motivos da criação - Demanda do empreendimento - Origem dos recursos - Participação dos agricultores - Gestão da agroindústria - Tempo de consolidação
	Contornos	- Acompanhamento Técnico - Dificuldades de funcionamento - Adequações estrutura física
Interações	Rede de relações	- Mercados acessados - Atores sociais - Atores institucionais
	Políticas Públicas	- PAA - PNAE - PRONAF (custeio/investimento) - ATER

Fonte: Elaborado pela autora.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1. CAMINHOS: as trajetórias de consolidação das agroindústrias familiares, organizadas de forma coletiva, em Goiás.

5.1.1. Agroindústrias de Polpas de Fruta Registradas em Goiás

O registro sanitário de empreendimentos que beneficiam polpa de frutas é de responsabilidade do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, atuando por meio de suas Superintendências Estaduais. Na tabela 3, são apresentados todos os estabelecimentos registrados no MAPA até janeiro de 2014. As informações foram obtidas por meio de consulta num banco de dados, denominado Sistema Integrado de Produto e Estabelecimento – SIPE, disponível no site do MAPA.

Tabela 03: Dados de agroindústrias de polpa de frutas registradas no MAPA-Goiás

Municípios	Razão Social	Marca	Localização	Data Registro
Anápolis	AMAZONIA POLPA LTDA	FRUIT BELO	Urbana	25/09/2013
Anápolis	DOCE VIDA LTDA	FRUTAE	Urbana	16/03/2011
Anápolis	ALIMENTO TRIANGULO LTDA	TRIANG FRUIT	Urbana	12/12/2011
Campos Belos	FRUTASTINS COMÉRCIO LTDA	CAJUTINS	Urbana	11/09/2008
Catalão	GUT GUT FRUTAS LTDA	GUT GUT	Urbana	10/04/2012
Goiânia	CAMATH ALIMENTOS LTDA	FRUT POLPAS	Urbana	22/08/2012
Goiânia	DESFRUT ALIMENTOS LTDA	NATURALE	Urbana	25/09/2013
Goiânia	MASTER FRUT LTDA	MASTER FRUT	Urbana	29/10/2012
Goiânia	PAULO SERGIO BUENO	AKITEM POLPAS	Urbana	19/11/2008
Goiânia	SABOR E VIDA FRUTAS LTDA	SABOR E VIDA	Urbana	18/01/2010
Goiás	COOPERATIVA - COOPAR	COISAS DO CERRADO	Rural	21/01/2014
Itapuranga	COOPERATIVA - COOPERAFI	PRAFICAR	Urbana	10/02/2009
Itapuranga	O. B. DA SILVA ALIMENTOS	FAUZI	Urbana	21/05/2008
Itapuranga	SILVIO ROCHA POLPAS - ME	REAL POLPAS	Urbana	08/11/2006
Luziânia	KI VITA - ALIMENTOS LTDA	KI VITA	Urbana	04/11/2003
Morrinhos	VALDICEA RODRIGUES UTINO	CAJAFRUIT	Rural	11/12/2013
Pirenópolis	RESENDE E FARINHA LTDA	THAKLA	Rural	13/04/1999
São Patrício	COOPERATIVA - CAPRUS	CAPRUS	Urbana	28/05/2013

Fonte: SIPE/MAPA.
Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/vegetal/registros-autorizacoes/registro/registro_de_produtos.
Acesso em: 30 Jan. 2014

Foram identificados dezoito empreendimentos com registro para polpa de frutas na Superintendência do MAPA em Goiás. Analisando a razão social dos estabelecimentos registrados, pode-se constatar que apenas 17% estão localizados na área rural, dos quais dois são constituídos como agroindústrias individuais e apenas um possui forma de organização coletiva, via cooperativa, sendo a marca “COOPAR”. Das 83% que estão situadas em perímetros urbanos, apenas duas são empreendimentos coletivos vinculados à Cooperativas de agricultores familiares, sendo as marcas: “COOPERAFI” e “CAPRUS”. Dessas três agroindústrias coletivas, a COOPERAFI do município de Itapuranga foi a primeira a obter o Registro junto ao MAPA, no ano de 2009, seguida da agroindústria de São Patrício, em 2013 e da agroindústria da cidade de Goiás em 2014, conforme a data de registro dos estabelecimentos dispostos na tabela 3.

A identificação das agroindústrias, vinculadas a cooperativas indica que existem apenas três empreendimentos de agricultura familiar que possuem registro sanitário para fabricação de polpa de frutas.

O levantamento de dados sobre as agroindústrias de polpa de frutas constituiu o primeiro objetivo específico da pesquisa. Os dados foram importantes para delimitar a amostra da pesquisa, pois de acordo com a metodologia, os critérios seriam que a agroindústria tivesse como produto beneficiado a polpa de fruta, tivesse registro no MAPA e que fosse organizada de forma coletiva, via cooperativa.

Dorigon et al. (2011), pesquisando sobre as agroindústrias familiares localizadas na região do estado de Santa Catarina, identificaram que de um universo de 1891 agroindústrias identificadas, apenas 12,9% são constituídas de forma coletiva. Esses dados se aproximam dos encontrados nessa pesquisa que identificou somente 16,6% das agroindústrias organizadas de forma coletiva. O baixo número de agroindústrias familiares que se organizam de forma coletiva pode ser entendido como uma característica marcante da agricultura familiar. Uma vez que as atividades de agregação de valor surgem dentro da própria unidade familiar, assim a organização coletiva requer dos agricultores maior interação e coesão social, pois precisam romper com a individualidade e estabelecer ações conjuntas para viabilizar seus empreendimentos coletivos. Ao pesquisar as inovações organizacionais da agricultura familiar em Santa Catarina, Mior et al. (2014) afirmam que as agroindústrias familiares organizadas por meio de cooperativas possibilitam novas formas de inserção nos mercados e ampliam as condições de autonomia, garantindo assim a viabilidade econômica e social do empreendimento.

Cabe aqui fazer um comparativo dos dados da pesquisa com os dados do Censo Agropecuário 2006 (Tabela 4), que identifica a distribuição dos estabelecimentos familiares que industrializam algum tipo de produto.

Tabela 4: Número de estabelecimentos familiares com processamento de algum tipo de produto, segundo macrorregião geográfica (2006).

Região	Número de Estabelecimentos	%
NORDESTE	281.083	49%
SUL	133.372	23%
NORTE	82.761	14%
SUDESTE	60.794	11%
CENTRO-OESTE	13.633	2%
BRASIL	**571.643**	100%

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – tabulação especial realizada pelo IBGE (2010).

De acordo com os dados da Tabela 3, observa-se que a região Sul é a segunda região a nível nacional em predominância de estabelecimentos familiares, enquanto que a região Centro-Oeste aparece em último lugar, com apenas 2% de estabelecimentos familiares que industrializam algum produto. Schneider et al. (2013), analisando o "Perfil da Agroindústria Rural no Brasil" explicam que essas diferenças macrorregionais devem ser buscadas nas características intrínsecas aos estabelecimentos de processamento encontrados em cada contexto. De modo geral, as regiões Centro-Oeste e Sudeste apresentam um setor agroindustrial mais capitalizado e com maiores escalas de produção, enquanto as regiões Nordeste, Norte e Sul revelam a presença mais significativa de unidades familiares processando pequenas quantidades por estabelecimento (SCHNEIDER et al. 2013).

Fazendo um recorte para o estado de Goiás, Xavier, Marques e Almeida (2012) realizaram uma análise comparativa entre Goiás e os estados do Pará, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul, de acordo com os dados do Censo 2006. Os autores acima constataram que as agroindústrias no estado de Goiás, estão mais concentradas em propriedades não familiares, representando 57% dos estabelecimentos. No entanto a pesquisa aponta que a agricultura familiar em Goiás tem capacidade para agregar valor à produção em 47% de seus produtos agropecuários. Os autores afirmam ainda que "a existência de agroindústrias, capazes de agregar valor e aumentar a competitividade dos produtos agropecuários, é um dos determinantes para o desenvolvimento rural" (p.29).

Dessa forma, os dados encontrados nesta pesquisa confirmam o baixo número de agroindústrias familiares em Goiás, indicando que são necessárias ações de fortalecimento da agricultura familiar no Estado. Apesar das políticas públicas para agroindústrias existirem em

nível federal, faz-se necessário ações regionalizadas nos estados e municípios, direcionadas à agroindustrialização, destinando recursos financeiros específicos para implantação, aquisição de equipamentos e acompanhamento técnico dos empreendimentos familiares.

5.1.2. Caracterização das agroindústrias investigadas

A caracterização das agroindústrias identificou os seguintes aspectos: o histórico de sua constituição, o tempo de existência, o número de famílias envolvidas, a origem da matéria prima, entre outros aspectos importantes para compreender o universo empírico das cooperativas pesquisadas.

A tabela 5 apresenta as agroindústrias investigadas, os municípios onde estão localizadas, o ano de criação do empreendimento e a cooperativa à qual é vinculada. Fizeram parte da investigação as agroindústrias: Caprus, pertencente a Cooperativa de São Patrício; a agroindústria Coopar, pertencente a Cooperativa de Goiás e a agroindústria Cooperafi, pertencente a Cooperativa de agricultores familiares de Itapuranga. Todas as agroindústrias foram projetadas para beneficiar somente polpa de frutas.

Tabela 5: Agroindústrias, município, ano de criação da cooperativa e da agroindústria.

Agroindústrias / Cooperativas	Município	Ano de Constituição/ Cooperativa	Ano de Constituição/ Agroindústria
CAPRUS	São Patrício	2006	2006
COOPAR	Goiás	2008	2011
COOPERAFI	Itapuranga	1998	2006

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

5.1.2.1. CAPRUS

Os dados coletados de identificação do empreendimento registram que a Agroindústria CAPRUS está localizada no município de São Patrício e pertence a Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais de São Patrício, foi constituída por 25 sócios, sendo dezoito homens e sete mulheres. A área de instalação da unidade é urbana, foi construída com recursos públicos, provenientes de uma emenda parlamentar do Ministério da Integração Nacional (MIN), proposta pelo Secretário de Agricultura do Município. De acordo com os entrevistados a cooperativa foi fundada em 2006 e surgiu em função desse projeto de instalação da agroindústria que fazia parte das ações de mobilização dos produtores. Através

de uma das entrevistas pode-se constatar o grande número de agricultores que estiveram envolvidos nas articulações de criação do empreendimento:

> No inicio eram 90 pessoas trabalhando para consolidar a cooperativa. Eram muitas pessoas que tinham vontade de dar segmento ao projeto, só porque esfriou, a agroindústria não começou a construção, então o pessoal foi saindo da cooperativa, foi se dispersando (Entrevistada 01, Caprus, São Patrício).

As expectativas dos agricultores em obter renda com a instalação da agroindústria motivou a diversificação da produção e a ampliação das áreas de cultivo, conforme depoimento de um agricultor:

> A produção [maracujá] era muito grande. Inclusive na época, pela demora na construção da agroindústria, houve produtor rural que perdeu terra porque fez empréstimo no banco para pagar com a renda do maracujá e a agroindústria nunca funcionou (Entrevistado 04, Caprus, São Patrício).

Por meio das entrevistas pode-se constatar que as obras de instalação da agroindústria foram iniciadas em 2006, e finalizadas em 2009. Tanto a obra, quanto os equipamentos foram entregues à cooperativa pela Prefeitura Municipal, em regime de cessão de uso com vigência para 10 anos. A agroindústria obteve registro para funcionamento pelo MAPA no final de 2013, de acordo com registro do estabelecimento verificado na pesquisa de campo. Os entrevistados relataram que a agroindústria teve um funcionamento parcial durante três meses naquele mesmo ano. Após esse período, os agricultores informaram que tiveram problemas com a gestão da agroindústria e o acesso aos mercados, assim não conseguiram administrar o empreendimento e optaram por interromper as atividades da agroindústria.

5.1.2.2. COOPAR

Por meio dos depoimentos coletados no município de Goiás, os entrevistados relataram que a cooperativa foi criada em 2008, no entanto a agroindústria foi criada em 2011 por meio de uma iniciativa da Comissão Pastoral da Terra e da Diocese de Goiás (CPT), contou com recursos financeiros internacionais de uma entidade não governamental, chamada OIKOS. Antes da existência da agroindústria, alguns agricultores já produziam polpa de fruta de forma caseira e comercializavam nos mercados convencionais e institucionais, conforme relato de um dos agricultores:

> Dentro da cooperativa existiam produtores artesanais de polpa de fruta, um bom número, e a gente já tinha um mercado bom para consumo de polpa. Então isso já levou para que fosse um primeiro produto que a gente buscasse a industrialização (Entrevistado 06, Coopar, Goiás).

Os entrevistados relataram que a Cooperativa possui 70 sócios, sendo que a metade são agricultores familiares tradicionais e a outra metade são agricultores assentados de reforma agrária. A agroindústria está instalada numa área coletiva de um assentamento de reforma agrária, denominado Serra Dourada, os entrevistados informaram que a área é fruto de uma concessão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Os entrevistados informaram que a finalização da obra da agroindústria ocorreu no final do ano de 2012. Seguindo as informações fornecidas, a agroindústria obteve registro no MAPA em janeiro de 2014 e ainda não tinha iniciou suas atividades de beneficiamento. Os agricultores informaram que a diretoria da agroindústria ainda não tinham recursos financeiros (capital de giro) para iniciar o funcionamento da unidade. De acordo com os dados de registro do estabelecimento no MAPA pode-se constatar que agroindústria da Coopar, já definiu um nome para consolidar a marca de seus produtos: “coisas do cerrado”.

5.1.2.3. COOPERAFI

A agroindústria da Cooperafi, pertence a Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga, que de acordo com os dados de registro do estabelecimento no MAPA possui uma marca para seus produtos denominada PRAFICAR. Segundo dados da pesquisa de campo, a marca “PRAFICAR” significa “Programa de Reordenação da Agricultura Familiar Integrada em Cooperativas de Atividades Rurais”, deriva de um programa idealizado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), que possibilitou a criação de mais de quinze cooperativas voltadas exclusivamente para a organização da produção e da comercialização da agricultura familiar de Goiás. Segundo relato do Presidente da instituição, “*como a Cooperafi é uma das cooperativas criadas à partir desse programa, a instituição incorporou o nome PRAFICAR ficou sendo utilizado como marca para os produtos e programas da cooperativa*”.

Os entrevistados informaram que a Cooperativa foi fundada em 1998 e possui 122 sócios, sendo 89 homens e 33 mulheres. Foi constatado que a agroindústria está instalada numa área urbana do Município e a cessão de uso da mesma tem origem no ano de 2002. Por meio dos depoimentos verificou-se que no ano de 1999, a Cooperafi conseguiu aprovação de

proposta junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) para que fosse instalada no município uma “despolpadeira de frutas”, devido à alta produtividade de maracujá na região, conforme relato de um dos entrevistados:

> Na época [1999] existia demanda de industrializar o maracujá, porque quando o preço tava ruim os agricultores jogavam o maracujá para o gado, porque o preço estava muito ruim, muito barato. Na época que o preço tá bom todo mundo quer, mas em determinada época que era ruim, então ninguém industrializava, num agregava valor, então o pessoal achava assim: nós temos que ter uma indústria, porque uma despolpadeira, ela vai despolpar nossas coisas e nós num vamos perder tanto dinheiro. Então daí surgia a ideia, nós queremos uma despolpadeira (Entrevistado 13: Cooperafi, Itapuranga).

As entrevistas revelaram que os recursos para a construção e aquisição de equipamentos da agroindústria Cooperafi foram oriundos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), na modalidade de Infraestrutura, a primeira obra foi realizada em 2002. Porém, os entrevistados revelaram que somente no ano de 2006, a prefeitura municipal entregou a obra e os equipamentos para a cooperativa, por meio de um contrato de cessão de uso. Os entrevistados informaram que a agroindústria obteve registro no MAPA em 2009, momento que iniciou suas atividades e continua em funcionamento.

5.1.3 – As diferentes trajetórias de constituição das agroindústrias familiares

Quanto ao surgimento das agroindústrias, um primeiro dado que a pesquisa revela é que 100% surgiram há menos de dez anos, sendo agroindústrias recentes. Isso faz relação com o surgimento das políticas públicas de comercialização dos produtos da agricultura familiar, entre elas, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essa assertiva pode ser comprovada na fala de dois entrevistados da COOPAR:

> A criação da cooperativa teve um vínculo muito direto com o surgimento do PAA, porque aí nos vimos: agora tem um espaço, tem uma porta, ou seja o Governo ta assegurando uma venda de produtos. Então esse foi um grande chamariz pra criação da Cooperativa (Entrevistado 7, Coopar, Goiás).

> Então, estando na cooperativa e pra acessar os programas da alimentação escolar, depois veio também o PNAE, você tem um limitante que a falta da certificação e também a falta de uma produção em escala. Então a ideia da agroindústria veio no sentido mesmo que a gente entende que uma saída para o campo e também para

> agricultura familiar são as agroindústrias, porque aí você tem que garantir uma produção, você tem que ter uma qualidade para assegurar o mercado (Entrevistado 6, Coopar, Goiás).

Os relatos dos entrevistados confirmam os dados da pesquisa de Agne (2014) os quais aponta que as atividades de processamento de alimentos consolidaram-se a partir da criação de programas e políticas públicas que tinham como alvo a comercialização dos alimentos da agricultura familiar. Nesses casos, estão inseridos os programas de alimentação escolar, PAA e PNAE.

Outro dado que chama a atenção é a relação entre o ano de constituição da agroindústria com a cooperativa a qual é vinculada. Somente uma das agroindústrias, a CAPRUS, foi constituída no mesmo ano da cooperativa; a agroindústria COOPAR foi constituída após três anos de consolidação da cooperativa; e a agroindústria COOPERAFI, foi instalada oito anos após a constituição da cooperativa. Fato semelhante ao da pesquisa foi diagnosticado por Wes Júnior e Trentin (2006), que analisaram agroindústrias produtoras da cachaça em cinco municípios do Rio Grande do Sul, a pesquisa registrou que "quanto mais antiga a agroindústria maior é a produção e melhor são as condições de vida dos agricultores que dela vivem e dependem". Nesta pesquisa, os dados revelaram que a agroindústria instalada com maior diferença de anos entre o tempo de criação da cooperativa, foi o empreendimento que conseguiu melhores condições de se viabilizar, como foi o caso da agroindústria COOPERAFI.

Assim é importante atentarmos para o amadurecimento do quadro social das instituições, pois as agroindústrias que foram criadas sem a organização da base cooperativa, não se viabilizaram nos processos produtivos e administrativos tanto da cooperativa quanto das agroindústrias as quais se propuseram, conforme constatado nas agroindústrias de Goiás e São Patrício.

Indiretamente todas as agroindústrias surgiram por iniciativa dos próprios agricultores que, conforme o depoimento do Entrevistado 05 da Caprus: *"estavam cansados de trabalhar na informalidade"*. Somado a isso, os agricultores buscaram incentivos financeiro e institucional de órgãos governamentais e não governamentais.

De modo geral, a pesquisa revelou que o surgimento das agroindústrias ocorreu por três fatores principais. Primeiro pela disponibilidade de matéria prima dos agricultores familiares inseridos nas cooperativas; Nas agroindústrias de Itapuranga e São Patrício, foi identificado que a intenção em construir uma agroindústria seria em função da alta produtividade do maracujá nas duas regiões. Na agroindústria de Goiás não foi identificado a

especificidade de uma única fruta, mas pela alta disponibilidade de frutos do cerrado, devido à sua localização no bioma.

O segundo fator apontando para o surgimento das agroindústrias foi a possibilidade de aumento de renda com a agregação de valor a matéria prima. Os agricultores relataram que não queriam mais comercializar a produção com os chamados “atravessadores”. Por isso queriam construir “seu próprio negócio” e consequentemente melhorar a renda.

O terceiro elemento implicado na origem das agroindústrias são as ações governamentais e não governamentais de apoio às iniciativas. Os dados revelaram que todas as agroindústrias foram construídas com recursos não reembolsáveis, sejam governamentais e não governamentais.

Os motivos de surgimento das agroindústrias verificados nesta pesquisa se aproximam dos resultados encontrados por Gazolla (2012), que diagnosticou a origem das agroindústrias por meio de quatro conjuntos de fatores: a capacidade de agir proativamente dos agricultores e suas famílias na busca de alternativas às atividades habituais; o processo de estreitamento das rendas geradas na agricultura e o aumento dos custos de produção; a busca de maiores níveis de autonomia pelo fato de a agroindústria lhes oferecer um negócio próprio e as ações governamentais de programas de apoio à agroindustrialização. Desta forma, o autor afirma que “no surgimento das agroindústrias, nota-se que existem diversos elementos implicados, sendo fatores multidimensionais” (p. 105). Essa assertiva está alinhada com dados encontrados nesta pesquisa, que identificou diferentes trajetórias de constituição nas agroindústrias pesquisadas.

5.2. CONTORNOS: avanços, limites e possibilidades para o funcionamento das agroindústrias familiares.

Nesta seção serão apresentados os principais entraves para consolidação das agroindústrias, destacando quais estratégias foram utilizadas pelos agricultores para viabilizar o funcionamento de seus empreendimentos coletivos.

5.2.1. CAPRUS

Segundo relato da Diretora Administrativa da cooperativa, os primeiros entraves encontrados na agroindústria Caprus, tiveram relação direta com a estrutura física da unidade. Após finalização da obra, foi solicitada uma vistoria da inspeção sanitária, na qual foram constadas inadequações da estrutura física, sendo este o primeiro desafio do empreendimento, conforme verificado no depoimento:

> Nesse momento não tinha pisos nas paredes, o chão era cimento, cimento industrial mesmo não era piso, não tinha portas. Não tinha instalação de pias nem lavatórios, num tinha parte elétrica, faltava a instalação de eletricidade (Entrevistado 01, Diretora Administrativa, Caprus, São Patrício).

Os entrevistados foram questionados se os recursos foram suficientes para a construção da agroindústria, todos disseram que faltou planejamento, conforme relato de um dos entrevistados:

> Um terço daquilo que foi feito seria a agroindústria que São Patrício precisava. Então se um terço daquilo lá funcionava, o dinheiro que veio era mais do que o suficiente para funcionamento. Só que aí eles [Prefeitura] fizeram um elefante branco, e fizeram as quatro paredes e o funcionamento interno não existiu, ficou tudo comprometido (Entrevistado 03, Agricultor e Ex-técnico da Emater, São Patrício).

Por meio dos depoimentos foi possível identificar que a obra executada pela prefeitura, apesar de ter ampla infraestrutura, não tinha funcionalidade. O depoimento do entrevistado 3 reforça o sentimento de desperdício de recursos públicos e indica a não participação dos agricultores no planejamento e na execução do referido empreendimento. Diante das irregularidades da obra, os entrevistados relataram que e a cooperativa não possuía recursos para realizar as adequações necessárias para atender a legislação sanitária. Para resolver esse problema, os entrevistados informaram que a cooperativa reuniu recursos junto

aos cooperados para realizar as adequações necessárias, que ocorreram entre os anos de 2010 à 2012.

Na pesquisa de campo foi identificado que a área total de construção da agroindústria é de 340 m²; uma estrutura física ampla que tem capacidade de agregação de valor em diferentes produtos. Seguindo com as informações, os entrevistados afirmaram que a agroindústria teve funcionamento parcial, durante três meses do ano de 2014, trabalhando somente a fruta maracujá. Os entrevistados esclareceram que o beneficiamento do maracujá era realizado de forma parcial, ou seja, realizavam somente as etapas de corte, extração da polpa com semente e congelamento, uma vez que a polpa era vendida com semente para outras indústrias processadoras de polpa e de suco. O beneficiamento parcial não cobria os custos de produção.

Com relação aos funcionários que trabalharam na agroindústria, foi constatado que todos eram cooperados e não possuíam registro trabalhista, uma vez que o trabalho era esporádico e se concentrava em meia jornada de trabalho. Desta forma, os agricultores conseguiam conciliar a atividade da propriedade com o trabalho na agroindústria. No relato de um dos entrevistados pode-se constatar essa questão: "*foi acordada em ata que cada um receberá uma gratificação por dia de serviço, sendo R$ 25,00/dia, para cobrir despesas com alimentação e locomoção*." (Entrevistada 05: Agroindústria CAPRUS, São Patrício).

Entre as dificuldades apontadas na aquisição de matéria prima, os entrevistados apontaram que existem três fatores de maior impacto, seguindo a ordem de *preço*, *sazonalidade* e *capital de giro*. Informaram ainda que a maior parte da matéria prima estava sendo adquirida de produtores que não eram sócios da cooperativa e que não existe nenhuma diferenciação de preço pago aos cooperados e não cooperados. Questionada sobre a maior parte da matéria prima ser obtida de produtores que não são sócios da Cooperativa, a diretora da Agroindústria justificou que: *"Por R$0,50 até R$0,10 centavos de diferença o produtor vende para quem paga mais, não existe fidelidade".* A fala da diretora nos leva a refletir se, de fato, aqueles agricultores tinham sentimento de pertencimento ao grupo e ao empreendimento. Pois o envolvimento e comprometimento dos atores sociais dentro de uma organização coletiva é fundamental para ter viabilidade.

Quanto à comercialização, o maior entrave citado foi a margem de lucro ser muito pequena, uma vez que a Diretora afirma: *"Vendemos a polpa (maracujá) com caroço, porém a margem de lucro é bem pequena".*

Entre os desafios verificados junto aos entrevistados, que limitaram o funcionamento da agroindústria, destacam-se a necessidade de capital de giro para aquisição de matéria

prima, embalagens e remuneração dos funcionários; outro desafio é a estrutura física inadequada que também requer disponibilidade de recursos para reestruturar o empreendimento. Além desses fatores, pode-se observar que houve falta de experiência nos trabalhos coletivos, relativo à cooperativa. Desta forma presume-se que a dificuldade no funcionamento da agroindústria esteja associada a falta de coesão social entre os agricultores na própria base da cooperativa e a não participação dos agricultores no planejamento e execução do projeto de construção da unidade de beneficiamento.

5.2.2. COOPAR

Segundo os entrevistados da Coopar, o primeiro projeto arquitetônico da agroindústria foi elaborado pela Emater local, juntamente com representantes da cooperativa e da CPT. O desafio inicial da agroindústria foi problemas na estrutura física do empreendimento, pois a área destinada a câmara fria foi construída de forma inadequada, inviabilizando o funcionamento. Por meio dos depoimentos foi possível identificar que para resolver esse problema, a cooperativa mobilizou recursos junto aos cooperados e contratou outra empresa para executar o serviço.

Foi verificado que a agroindústria solicitou vistoria do MAPA, para obtenção de registro do estabelecimento sanitário, em Janeiro de 2013. Porém, conforme o laudo de vistoria realizado pelo MAPA foi solicitado adequações na estrutura física. Para resolver as pendências, os agricultores informaram que a direção da cooperativa buscou apoio de técnicos da Emater local e da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR). Os entrevistados afirmaram que a falta de recursos financeiros, fez com que as obras de adequação da agroindústria durassem um longo período, aproximadamente um ano.

Outro desafio que os entrevistados apontaram para a dificuldade de funcionamento da agroindústria é a falta de capital de giro para iniciar a atividade, principalmente para aquisição das embalagens.

5.2.3. COOPERAFI

Na agroindústria Cooperafi, o primeiro entrave diagnosticado, por meio das entrevistas, se relacionam com as inadequações da estrutura física. A obra foi construída fora dos padrões, exigidos pela legislação sanitária, foram necessários recursos para reforma e adequação da estrutura física, conforme depoimento de um dos entrevistados:

> Porque a pessoa que fez o projeto, fez um projeto pra ser aprovado, não tinha nenhuma preocupação com a questão sanitária. Então assim, precisa de despolpadeira, não pensava que precisava de câmara fria, então não pensou em comprar freezer, num pensaram em ter caixas plásticas. (...) por exemplo: tinha banheiro dentro do galpão de processamento, no meio da construção. (...) todo o recurso ficou inutilizado, porque nenhum órgão que afere a sanidade ou a adequação do ambiente não iria aprovar (...) aquilo que foi feito não foi capaz de deixar a agroindústria apta ao funcionamento (Entrevistado 13, Cooperafi, Itapuranga).

Para obter esses recursos a Cooperafi conseguiu a aprovação de um projeto junto a Petrobras, que realizou as adequações na estrutura física da agroindústria. Essa informação pode ser constatada na fala de um dos agricultores entrevistados:

> (...) a cooperativa conseguiu encaminhar um projeto pra uma organização não governamental e essa organização disponibilizou pra cooperativa um recurso não reembolsável e a cooperativa pode então fazer a reforma e inclusive comprar alguns equipamentos, até a câmara fria e aí então, nós colocamos a agroindústria pra funcionar (Entrevista 14: Agroindústria PRAFICAR, Itapuranga, junho de 2013).

A Coordenadora da agroindústria informou que o empreendimento encontra-se em funcionamento, desde 2009, possui quatro funcionários registrados, em períodos de alta produção contrata até o dobro de funcionários. Também foi informado que nenhum dos funcionários eram cooperados da entidade. Sobre a não contratação de cooperados foi informado que os próprios agricultores definiram em assembleia geral, que a direção da cooperativa evitasse a contratação de sócios da entidade para o quadro de funcionários permanentes.

Questionados sobre a disponibilidade de capital de giro, os entrevistados relataram que “não tinham capital de giro”, inclusive foi uma das primeiras dificuldades do empreendimento. No depoimento de um dos entrevistados é possível identificar mais quatro fatores que dificultam a viabilidade das agroindústrias familiares:

> [...] as dificuldades são: primeiro que nós nunca tínhamos administrado uma indústria; segundo que nós não tínhamos um acompanhamento técnico para isso; terceiro que nós não tínhamos dinheiro pra executar um negócio desses; quarto porque nós não sabíamos vender (Entrevistado 13, COOPERAFI, Itapuranga).

Apesar do relato do entrevistado 13 informar sobre o desconhecimento de administração de uma agroindústria, a cooperativa já tinha um histórico de funcionamento incentivando a diversificação da produção para atender diferentes mercados e garantir renda para as famílias associadas. Entre as atividades se destacam: a comercialização de leite,

hortifrutigranjeiros e insumos agrícolas. Essas experiências na comercialização alicerçou a gestão dos agricultores frente a uma nova atividade produtiva, que era a agroindústria.

Quanto aos recursos acessados pelas agroindústrias, o resultado da pesquisa indicou várias fontes, a tabela 6 apresenta os recursos acessados pelas agroindústrias Caprus, Coopar e Cooperafi, informando para quais finalidades os recursos foram direcionados.

Tabela 6: Recursos acessados pelas agroindústrias, valores e finalidade dos recursos

Agroindústrias	Fonte do recurso	Valor	Finalidade
CAPRUS	Emenda Parlamentar – MIN	R$ 150.000,00	Construção da unidade e aquisição de equipamentos;
	Próprios cooperados	R$ 20.000,00	Reforma e adaptações;
	PRONAT/MDA	R$ 184.926,00	Aquisição de um caminhão baú refrigerado para transporte das polpas.
	Total de recursos (R$)	**R$ 354.926,00**	
COOPAR	OIKOS – OnG	R$ 128.875,00	Construção da unidade e aquisição de equipamentos.
	CPT – Diocese de Goiás	R$ 35.000,00	Aquisição de Câmara fria e caixa d'água.
	Próprios cooperados	R$ 15.000,00	Reforma de um espaço para instalar a sala de recepção.
	Total de recursos (R$)	**R$ 178.875,00**	
COOPERAFI	PRONAF-Infraestrutura	R$ 52.000,00	Construção da unidade e aquisição de equipamentos;
	Petrobras	R$ 70.000,00	Reforma para adequações e aquisição de equipamentos;
	Ministério da Ciência e Tecnologia	R$ 35.000,00	Aquisição de um veículo utilitário para transporte das polpas;
	PRONAT/MDA	R$172.800,00	Aquisição de um caminhão baú refrigerado para transporte das polpas;
	PRONAF Agroindústria	R$ 120.000,00	Capital de giro para compra de matéria prima e aquisição de um container refrigerado.
	Total de recursos (R$)	**449.800,00**	

Fonte: pesquisa de campo (2014).

Os dados apresentam que as agroindústrias pesquisadas se assemelham quanto a estratégias de buscar recursos para viabilizar a instalação e funcionamento da agroindústria, sendo que todas acessaram recursos externos, não reembolsáveis. Outra situação comum foi a necessidade de adequações nas estruturas físicas. A diferença foi que na Cooperafi não foi necessário o desembolso por parte dos cooperados na realização das reformas necessárias. Já nas agroindústrias de Coopar e Caprus, ambos empreendimentos tiveram o aporte de capital financeiro dos próprios cooperados para a realização das reformas estruturais.

A agroindústria Coopar conseguiu recursos financeiros para sua instalação, por meio de uma organização internacional, enquanto as agroindústrias Caprus e Cooperafi tiveram

apoio financeiro de políticas públicas do Governo Federal, através de emendas parlamentares e também via programa de desenvolvimento territorial vinculado ao MDA.

De forma geral, os dados da pesquisa direcionam que os desafios comuns das agroindústrias são: estrutura física construída de forma inadequada e a falta de capital de giro. Verificou-se que a construção inadequada tem relação direta com a falta de acompanhamento técnico, pois os dados confirmaram ser comum a prática da realização de obras públicas por profissionais que não conhecem a legislação sanitária, muito menos as especificidades de empreendimentos familiares.

5.3. REDE DE RELAÇÕES: as instituições e as políticas públicas entorno das agroindústrias familiares

As atividades de processamento de produtos e alimentos pela agricultura familiar estão enraizadas em um conjunto de elementos, o que implica considerar diferentes papéis e a influência de organizações sociais (associações, cooperativas e outros grupos de cooperação locais e regionais) (AGNE, 2014, p. 27).

5.3.1 – Rede de relações estabelecidas pelas agroindústrias

Os dados da pesquisa identificaram que para a consolidação das agroindústrias foram necessárias a construção de parcerias ao longo de suas trajetórias. Essas parcerias compreendem articulações com instituições públicas e privadas, sejam com aporte financeiro ou apoio institucional.

Para melhor visualização da rede de relações das agroindústrias pesquisas e as formas de apoio disponibilizadas, elaborou-se a tabela 7 que apresenta as principais instituições governamentais e não governamentais que atuaram diretamente junto às agroindústrias.

Tabela 7: Relação das agroindústrias com entidades e as formas de apoio estabelecidas.

Agroindústrias	Entidades	Formas de Apoio
CAPRUS	IF Goiano – Campus Ceres	- Organização de cursos de fruticultura para os agricultores
	Prefeitura Municipal	- Órgão proponente e executor do convênio junto ao MIN. - Cessão do terreno para construção.
	MIN	- Disponibilização de recursos para construção e aquisição de equipamentos
	EMATER	- prestação de assistência técnica na área produtiva; - organização da documentação da cooperativa e da agroindústria.
	Território São Patrício	- Articulação para compra de caminhão refrigerado.
COOPAR	UFG	- Apoio na constituição da cooperativa
	CPT	- Mobilização dos agricultores; - Intermediária nas articulações com ONG's internacionas; - Disponibilização de recursos para adequações na agroindústria.
	Diocese de Goiás	Atuação conjunta com a CPT.
	Sebrae	- Realização de um levantamento de mercado para polpa de fruta.
	OIKOS	- Disponibilização de recursos para construção e aquisição de equipamentos;
	AGDR	- Elaboração das plantas arquitetônicas.
	EMATER	- Elaboração da primeira planta (esboço) da agroindústria.
	INCRA	- Doação de terreno para construção da unidade.
COOPERAFI	UFG	- Desenvolvimento de projetos junto as agricultores para produção de frutas e enriquecimento dos quintais.
	MCT	- Disponibilização de recurso para aquisição de veículo
	CMDRS	- Aprovação do projeto da agroindústria
	STTRI	- Mobilização dos agricultores - Disponibilização de salas para reuniões
	MDA	- Disponibilização de recurso para aquisição de veículo
	Ter. Vale do Rio Vermelho	- Articulação para aquisição de veículos e equipamentos.
	Petrobras	- Patrocínio na construção e aquisição de equipamentos.
	Sebrae	- Cursos para os funcionários da agroindústria.
	Senar	- Cursos para os agricultores.
	Prefeitura Municipal	- Cessão do terreno para construção. - Órgão proponente e executor do convênio junto ao MDA

Fonte: pesquisa de campo (2014)

Os dados mostraram que os empreendimentos que estabeleceram mais relações com organizações da sociedade civil estão conseguindo se estruturar social e economicamente, conforme constatado nas cooperativas Coopar e Cooperafi. Essas entidades mantêm relações mais diversificadas, outro fato comum é que estão diretamente ligadas a instituições representativas da agricultura familiar, como Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, entidade parceira da Cooperafi e Comissão Pastoral da Terra, entidade parceira da Coopar. Enquanto que na Caprus foi verificado que a rede de relações é menos diversificada e está mais alinhada ao poder público.

A pesquisa observou que a rede de relações formadas para a constituição das agroindústrias se compõe numa etapa importante para o seu desenvolvimento. Esse dado se confirma com as pesquisas de Agne e Waquil (2011) que identificaram que as redes sociais são importantes à abordagem de Desenvolvimento Rural, porque consideram que os atores sociais constroem relações que não estão limitadas à localidade e à região. Assim, segundo os autores "retratar essas relações, quem são os agentes, como e por que ocorrem, e qual papel cada agente desempenha nas mais diversas atividades da agricultura familiar são questões pertinentes para entender os processos de Desenvolvimento Rural no Brasil" (p. 167).

Nesta pesquisa, as agroindústrias com maior rede de relação têm maiores possibilidades de serem viáveis, pois têm capilaridade de esforços que orientam para ações mais estruturadas e consequentemente conseguem se viabilizarem com maior facilidade. Esse fato pode ser confirmado na Cooperafi, que tem uma rede diversificada de instituições que apoiaram a sua constituição e também na Coopar, pois mesmo que sua agroindústria ainda não esteja funcionando, a cooperativa está ativa realizando outras atividades para beneficiar seu quadro social.

Gazolla (2014) destaca que mesmo existindo uma rede de relações, formadas por instituições públicas e privadas entorno das agroindústrias, elas ainda possuem várias dificuldades para viabilizarem-se localmente nos pequenos municípios. Estes entraves, as instituições e entidades locais que atuam junto às experiências, não têm conseguido removê-los, para que as agroindústrias possam contribuir com o desenvolvimento rural. Dentre as principais dificuldades das agroindústrias pesquisadas por Gazolla (2014), figuram "a falta de apoio e recursos das prefeituras e Secretarias Municipais de Agricultura" (p.539). Esses dados não se confirmam totalmente com o levantamento desta pesquisa, pois em duas agroindústrias houve uma participação significativa das prefeituras municipais, na doação dos terrenos para instalação e na intermediação dos recursos junto ao Governo Federal.

5.3.2 – Relações de Mercado e Políticas Públicas

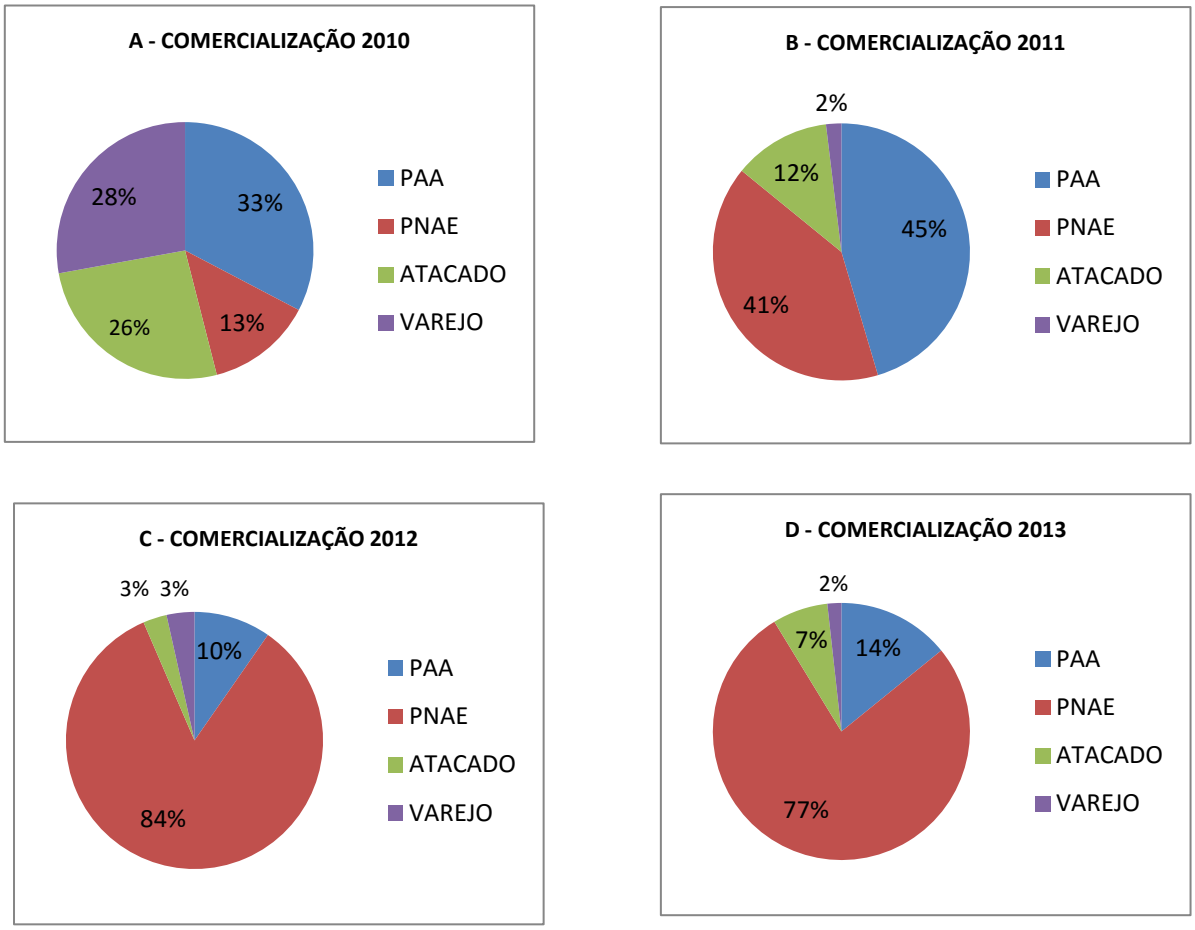
As políticas públicas de comercialização da produção da agricultura familiar têm desempenhado um papel importante para inserção dos agricultores no mercado. Os principais mercados institucionais acessados pela agricultura familiar estão ligados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Produção do Biodisel (PNPB).

Os dados da pesquisa revelaram que somente uma das agroindústrias está comercializando com os programas institucionais, como é o caso da Agroindústria Cooperafi de Itapuranga, uma vez que os empreendimentos de São Patrício e Goiás não estavam em funcionamento e consequentemente não tinham produtos para comercialização.

Na agroindústria Cooperafi, os entrevistados informaram que as atividades de comercialização no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) iniciaram em 2009. Nesse mesmo período iniciou a comercialização, em pequena escala, nos mercados locais. Nas entrevistas identificou-se que a partir de 2010, com a criação da Lei 11.946, do PNAE, houve um aumento significativo na comercialização via mercados institucionais. A agroindústria passou a comercializar com escolas de vários municípios circunvizinhos e ainda estendeu sua comercialização com a rede municipal de educação da cidade de Goiânia.

Para melhor visualização dos resultados da pesquisa, na figura 2 A, B, C e D encontram-se os canais de comercialização acessados pela agroindústria Cooperafi, no período de 2010 a 2013.

Figura 2: Canais de comercialização utilizados pela Agroindústria da Cooperafi – Itapuranga



Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Foram analisados os quatro primeiros anos de funcionamento da Agroindústria de polpas de fruta, com foco no destino das vendas. Pode-se perceber que o mercado institucional representa o maior canal de comercialização, pois a média comercializada com os programas PAA e PNAE variava de 46% a 91% do total comercializado de 2010 a 2013.

A relação de vendas entre os canais de comercialização no atacado e no varejo reduziram gradativamente, passando de 54% em 2010 para 9% em 2013.

Os dados dessa pesquisa se confirmam com as indicações de Melo e Vieira (2012), que realizaram um diagnóstico estratégico da Agroindústria de Polpas da Cooperafi e mostraram a dependência da agroindústria na comercialização com os mercados institucionais. Os autores afirmam que "o alto grau de dependência da agroindústria em relação aos programas do governo é o ponto fraco mais crítico, pois o fim de programas como o PAA e o PNAE poderia ser responsável pelo fechamento da agroindústria" (p.17).

Os dados reforçam que a predominância da comercialização institucional pode comprometer a sustentabilidade da agroindústria, pois como são programas gestados via políticas públicas, em algum momento eles podem modificar ou até mesmo serem extintos. Assim, faz-se necessário que a agroindústria desenvolva estratégias de comercialização para outros mercados, reduzindo a dependência da agroindústria aos programas institucionais.

5.4. DA CONCEPÇÃO AO FUNCIONAMENTO: um possível caminho para as agroindústrias

Esta secção tem o objetivo de orientar tanto os agricultores quanto seus empreendimentos coletivos sobre os procedimentos necessários para implantação e funcionamento de uma agroindústria familiar, visando sua participação no mercado formal. As orientações foram adaptadas com base nos estudos de Prezotto, Bavaresco, e Silva (2005); Oliveira e Prezotto (2012); Carraza, Noleto e Filizola (2012) e Freitas et al. (2013). Também foram incorporadas observações com base na pesquisa de campo que identificou fragilidades e potencialidades para implantação e funcionamento de agroindústrias familiares, organizadas de forma coletiva.

Conforme destacado por Carraza, Noleto e Filizola (2012), dado o dinamismo, a amplitude e a complexidade da legislação brasileira, este capítulo não pretende esgotar o assunto, mas servir como um instrumento orientador. Assim recomenda-se a busca por informações específicas com profissionais e entidades especializadas nos temas de interesse.

Cabe salientar que a simples regularidade de um empreendimento quanto às normativas sanitárias não garante, por si só, uma efetiva participação no mercado formal, pois além da regularidade junto às outras legislações, fiscal e ambiental, é preciso conhecer muito bem a dinâmica do mercado em que se pretende atuar, como a relação com concorrentes, fornecedores, clientela, canais de comercialização, sazonalidade, preços, etc. (CARRAZA; NOLETO; FILIZOLLA, 2012).

Sobre a formalização de agroindústrias, Freitas et al. (2013) afirmam que é importante identificar os diferentes aspectos, sendo os principais as regularizações sanitária, ambiental e fiscal/tributária.

> A regularização sanitária se refere ao licenciamento sanitário do estabelecimento e seus produtos. Processo que permitirá a fabricação de seus produtos dentro das normas sanitárias e a inserção desses no mercado com segurança e qualidade.
> O licenciamento ambiental da agroindústria é o que garante que o estabelecimento adote medidas para minimizar os impactos ambientais decorrentes de seu funcionamento, protegendo sua propriedade e o meio ambiente.
> A regularização fiscal e tributária está relacionada à comercialização de seus produtos, com a emissão da nota fiscal e o pagamento de impostos, quando for o caso (FREITAS et al. 2013, p.7)

Ainda segundo os autores, o processo de formalização deve ser gradativo, porém contínuo e cabe às instituições governamentais oferecer informações precisas e esclarecer as dúvidas sobre a legislação vigente para cada agroindústria, dependendo do tipo de produto.

Um projeto de agroindústria compreende um conjunto de ações, em especial aquelas de discussão com os agricultores. Isso é fundamental para a tomada de decisão sobre os rumos do projeto e tem reflexos diretos e imediatos na implantação da agroindústria e para um bom gerenciamento após a sua implantação (OLIVEIRA e PREZOTTO, 2012).

Para realizar a formalização é necessário realizar algumas etapas, sendo a primeira e principal a concepção do estabelecimento. Quais produtos serão fabricados, a quantidade e o mercado de destino dos produtos são informações decisivas para o direcionamento aos órgãos de orientação e principalmente de licenciamento, constituindo etapas importantes para o planejamento estratégico do empreendimento.

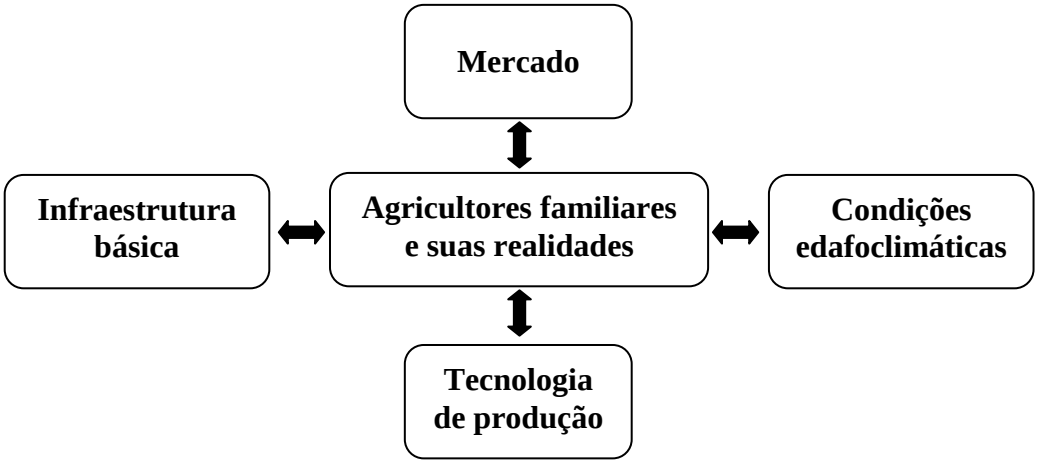
Se a agroindústria ainda será construída, é necessário escolher o terreno onde a edificação será erguida. Se já existe a construção é importante não realizar reformas ou ampliações antes de consultar os órgãos envolvidos. A consulta prévia aos órgãos evita prejuízos com gastos desnecessários, a necessidade de retrabalhos e até mesmo a possibilidade de embargo da construção (FREITAS et al. 2013).

De acordo com Oliveira e Prezotto (2012), na constituição de agroindústrias familiares é importante analisar a situação econômica e produtiva dos interessados, destacando suas principais atividades e a relação destas com o tipo de agroindústria que desejam implantar.

Ainda de acordo com os autores, a falta de participação dos agricultores em todas etapas poderá implicar em dificuldades futuras, na implantação e na gestão do empreendimento.

O importante é considerar que o agricultor familiar é o centro da atenção e a sua realidade é o ponto de partida do projeto. Essa realidade compreende a sua unidade de produção, as relações sociais, suas aptidões, atividades, culturas, crenças, expectativas e necessidades (PREZOTTO; BRAVARESCO; SILVA, 2005). A figura 3 apresenta alguns fatores que devem ser considerados para implementação das agroindústrias:

Figura 3 – Ilustração de macro-componentes que subsidiam a constituição das agroindústrias



FONTE: PREZOTTO; BAVARESCO; SILVA (2005). Extraído do Manual de Orientações para Concepção de Projetos Agroindustriais da Agricultura Familiar/MDA.

As interações dos fatores ilustrados na Figura 3 precisam estar alinhadas para elaboração de projetos de constituição de agroindústrias. De acordo com Prezotto, Bavaresco e Silva (2005) ao levantar as informações regionais, pretende-se, obter um número máximo de dados, os quais serão auxiliares na decisão sobre como identificar as oportunidades de negócio e escolher aqueles em que os agricultores familiares irão investir, para posteriormente planejar a implantação do projeto agroindustrial.

Considerando estes aspectos, as informações regionais deverão conter:

> a) produção primária por produto; b) agroindústrias existentes; d) características da estrutura fundiária; e) mapeamento da situação geográfica; f) mapeamento da infra-estrutura de base, econômica e social; g) condições edafo-climáticas; e h) base tecnológica disponível (PREZOTTO; BAVARESCO; SILVA, 2005, p. 23).

Os autores indicam que o levantamento dessas informações se faz necessário para identificar estratégias que garantam a viabilidade do empreendimento.

Após avaliação dos resultados e dos problemas encontrados para a instalação de uma agroindústria, optou-se por elaborar um passo-a-passo para que os agricultores e seus empreendimentos possam se orientar para constituição de suas agroindústrias.

Os procedimentos apresentados são direcionados para os agricultores que já estão formalizados juridicamente em entidades, sejam associações ou cooperativas. Para melhor

visualização dos procedimentos para constituição de uma agroindústria, a figura 4, indica um fluxograma com etapas a serem observadas para viabilidade do empreendimento:

1. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

⬇

2. ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES (INDIVIDUAL OU COLETIVA)

⬇

3. PLANEJAMENTO DA PRODUÇÃO / ESTUDO DE MERCADO

⬇

4. DEFINIÇÃO DE PRODUTOS

⬇

5. INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS

⬇

6. ORIGEM DOS RECURSOS

⬇

7. REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

⬇

8. ELABORAÇÃO DO PROJETO

⬇

9. APROVAÇÃO PRÉVIA DA PLANTA PELA INSPEÇÃO SANITÁRIA

⬇

10. INSTALAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA

⬇

11. DEFINIÇÃO DA MARCA

⬇

12. REGULARIZAÇÃO SANITÁRIA

⬇

13. IMPLANTAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO

⬇

14. ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO

⬇

15. FUNCIONAMENTO

Figura 4: Fluxograma com as etapas para implantação e funcionamento de agroindústrias

Passo 1 - Assistência Técnica

Para a elaboração e/ou implantação do projeto faz-se necessário contar com o trabalho de profissionais da área técnica. Por isso, uma das primeiras ações é buscar esse apoio junto a entidades, podendo ser órgãos públicos competentes, como as Secretarias de Vigilância dos municípios e dos estados, a ANVISA e os Serviços de Inspeção Federal, Estadual ou Municipal, além de outras instituições ligadas ao tema, como o MDA e suas delegacias estaduais, universidades, SEBRAE, empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, e organizações não-governamentais (CARRAZA; NOLETO; FILIZOLA, 2012). A possibilidade de êxito da unidade agroindustrial sempre é maior quando mais agentes apoiadores existirem em torno da mesma.

Passo 2 - Organização (Individual ou Coletiva)

Nesta etapa é necessária a definição do tipo de organização que os agricultores pretendem estabelecer. Recomenda-se que os agricultores se organizem de forma coletiva, por meio de cooperativas, pois existem tributações diferenciadas no sistema cooperativista, incluindo legislações específicas para a agricultura familiar.

Passo 3 - Planejamento da Produção / Estudo de Mercado

Na etapa de planejamento da produção é necessário o levantamento das informações da produção primária dos agricultores. Essa informação é importante para que a assistência técnica possa realizar o estudo de mercado e assim planejar as atividades produtivas da agroindústria. Para levantamento dos dados desta etapa é necessário a busca de parcerias com pessoas ou instituições especializadas como SEBRAE e SENAR. Aqui é importante motivar os agricultores para a diversificação da produção com vistas ao fornecimento de matéria prima para a futura agroindústria.

Passo 4 - Definição de Produtos

Os produtos a serem desenvolvidos pela agroindústria precisam ser discutidos com todos os agricultores envolvidos na atividade. É necessário definição da forma do produto, tamanho, embalagens, transporte, os equipamentos necessários para estocagem e acondicionamento, além do transporte e logística que será utilizada.

Passo 5 - Investimentos Necessários

Nessa parte do estudo, serão avaliados os investimentos necessários para a efetivação das agroindústrias, tendo como principais itens de avaliação de como será aquisição da área para instalação do imóvel, o valor da obra e também dos equipamentos necessários. É importante nessa etapa fazer uma previsão o capital de giro para seu funcionamento inicial.

Passo 6 - Origem dos Recursos

O conhecimento sobre a questões financeiras são necessárias para o seguimento dos próximos passos. É importante conhecer e definir as possibilidades existentes do grupo sobre os recursos financeiros que irão custear todo os investimentos necessários, se serão custeados pelos membros do grupo ou se serão financiados. Para a instalação de Agroindústrias familiares, existem linhas de créditos específicos que podem ser acessados pelos agricultores organizados em cooperativas.

Passo 7 – Regularização Ambiental

A regularização ambiental de um empreendimento é um requisito legal que deve ser cumprido para quaisquer atividades que utilizem recursos naturais, como é o caso das agroindústrias. Este procedimento consiste na adequação estrutural, funcional e organizativa do empreendimento, de modo a evitar ou minimizar efeitos gerados pelos processos produtivos que possam gerar impactos socioambientais.

De acordo com os órgãos de fiscalização ambiental, para cada etapa do processo de licenciamento ambiental, é necessária a licença adequada: no planejamento de um empreendimento ou de uma atividade, a licença prévia (LP); na construção da obra, a licença de instalação (LI) e, na operação ou funcionamento, a licença de operação (LO). Essas licenças podem ser requeridas junto às secretarias municipais de meio ambiente.

Para atividades que geram baixo impacto ambiental, como as agroindústrias de polpa de frutas, foi verificado nos dados dessa pesquisa, que não foi necessário realizar o licenciamento ambiental, as agroindústrias conseguiram uma declaração de uso de solo junto as secretarias do meio ambiente dos municípios.

Passo 8 - Elaboração do Projeto

A elaboração do projeto de instalação da agroindústria consiste em estruturar um documento especificando o dimensionamento físico, a disposição dos equipamentos e a

confecção de plantas de identificação e localização do sistema elétrico, arquitetônico e hidro-sanitário. Também é importante nesta etapa a realização de um projeto que identifique a viabilidade econômica do empreendimento, para que os agricultores possam planejar parcerias e recursos financeiros com outras instituições.

Passo 9 - Aprovação Prévia da Planta pela Inspeção Sanitária

Antes de iniciar qualquer construção da unidade industrial é necessária uma avaliação prévia da planta arquitetônica por parte dos órgãos de inspeção sanitária. Essa avaliação é muito importante, pois reduz a probabilidade de construções inadequadas e também de investimentos desnecessários.

Passo 10 - Instalação da Agroindústria

Essa etapa deve ter acompanhamento por profissional da área de alimentos durante todo o período de execução da obra, de modo a garantir as especificidades indicadas no projeto e na planta previamente aprovados. Nesta pesquisa, constatou-se que essa etapa não foi seguida em nenhuma das agroindústrias investigadas, uma vez que todas necessitaram de reformas e adequações das estruturas físicas. Esse fato gerou prejuízos econômicos e sociais para os agricultores envolvidos.

Passo 11 - Definição da Marca

A marca é a identidade de um produto ou empresa, no caso específico da agricultura familiar, ela precisa apresentar aos consumidores atributos de qualidade que vão além das características físicas do produto, abrangendo aspectos sociais, ambientas e culturais.

A estratégia de marketing do produto está intimamente ligada à sua marca. Logo é importante que os agricultores escolham características que melhor expressem e valorizem suas identidades. Assim indica-se que os agricultores estabeleçam parcerias que possam contribuir na elaboração da marca.

Passo 12 – Regularização Sanitária

Após finalização das obras de instalação da agroindústria, é necessário cumprir os procedimentos de registro do estabelecimento e dos produtos que serão industrializados.

O controle sanitário de alimentos é compartilhado pelos órgãos da saúde, representados pelos serviços de Vigilância Sanitária distrital, municipais, estaduais e Anvisa,

e pelos órgãos da agricultura, incluídos o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e as secretarias de agricultura municipais e estaduais.

A definição do órgão responsável pela regularização sanitária é definida pelo tipo de produto elaborado. Assim os produtos de origem animal, como carnes, peixes, ovos, mel, e também dos alimentos de origem vegetal, vinagre e bebidas são de competência do MAPA. Os vegetais *in natura* também seguem as normas definidas pelo MAPA, mas não necessitam de registro para serem comercializados.

À Vigilância Sanitária cabe o controle e fiscalização de produtos industrializados, além da fiscalização de alimentos no comércio.

Em municípios que possuem o Serviço de Inspeção, devidamente estruturado, a regularização dos empreendimentos e alimentos vinculados à competência do MAPA, podem ser registrados no próprio município.

Passo 13 - Implantação das Boas Práticas de Fabricação

O Programa de Boas Praticas de Fabricação – BPF, é o conjunto de procedimentos que deverão ser elaborados por profissional da área de alimentos. Esse programa poderá sofrer variações de uma agroindústria para outra, pois ele deve ser condicionado às situações de cada estabelecimento, sem perder o rigor nos procedimentos que garantem a qualidade e inocuidade do alimento.

O objetivo do BPF é criar uma rotina de procedimentos, detalhando sobre as condições higiênico-sanitárias dos processos de manipulação dos alimentos, higienização dos equipamentos, utensílios, instalações e edificações dos estabelecimentos, além do estabelecimento dos requisitos mínimos de sanidade dos edifícios, instalações, equipamentos e utensílios, do controle do abastecimento da água, da saúde e higiene dos manipuladores de alimentos, do controle integrado de pragas e vetores, e do controle e a garantia da qualidade dos produtos finais.

Para realização e implementação do BPF é necessário consultar a legislação pertinente, tanto na ANVISA quanto no MAPA.

Passo 14 - Estratégias de Comercialização

As estratégias comerciais deverão inicialmente seguir as definições previstas dos passos 3, 4 e 5. Sendo assim, os estudos anteriormente realizados indicarão qual será a estratégia viável, se a agroindústria deverá atender o mercado local, regional ou nacional.

Uma possibilidade para as agroindústrias novas é iniciar suas atividades comerciais por meio das políticas públicas de comercialização, como PAA e PNAE.

Passo 15 – Funcionamento

O funcionamento da agroindústria significa muito além do cumprimento de todas as etapas indicadas neste documento. Nessa etapa, a gestão do empreendimento deve se atentar para: a garantia da qualidade dos produtos e serviços, as relações sociais e comerciais, além dos controles financeiro, contábil, tributário e trabalhista.

Diante da complexidade de procedimentos e normas para implantação e funcionamento das agroindústrias familiares, faz-se necessário um acompanhamento técnico constante que além de conhecimento, tenha sensibilidade para lidar com as especificidades da agricultura familiar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa revelou que do total de dezoito empreendimentos de polpa de fruta registrados no MAPA, apenas três estão vinculados a cooperativas. De forma geral, as agroindústrias, organizadas de forma coletiva se constituem numa estratégia importante para o desenvolvimento rural, pois elas possibilitam a agregação de valor, geração de renda, diversificação da produção e a permanência das pessoas no campo.

Em relação a viabilidade das agroindústrias, apenas um dos empreendimentos analisados esta conseguindo se viabilizar, sendo a única experiência que já possuía uma rede de relações ampliadas com entidades governamentais e não governamentais e que teve sua cooperativa estruturada em processo anterior à instalação da agroindústria. Assim, quanto maior o tempo de consolidação da cooperativa, maior é a chance de sucesso da agroindústria. Inversamente proporcional é a relação de quanto maior o tempo de inatividade, menor será a motivação dos agricultores e consequentemente do empreendimento se viabilizar econômica e socialmente.

As diferentes trajetórias de consolidação das agroindústrias evidenciam que as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares foram comuns, no que se refere à ausência de assistência técnica, à dificuldade de atendimento à legislação sanitária e a falta de capital de giro. No entanto a capacidade de agência dos agricultores é fundamental para contornar as dificuldades e reconfigurar novos caminhos para a sustentabilidade do empreendimento.

As agroindústrias analisadas tiveram incentivos de recursos públicos e privados externos, esse fator comprometeu significativamente a viabilidade dos empreendimentos, uma vez que as obras foram realizadas de forma isolada, não existindo acompanhamento técnico de profissionais da área de alimentos. Desta forma, todos os estabelecimentos necessitaram de reformas para adequação às normas sanitárias, gerando atrasos e prejuízos aos agricultores. Quanto ao acesso dos empreendimentos as políticas públicas, as maiorias das agroindústrias não tiveram acesso, apenas em uma das agroindústrias foi identificada a participação nas políticas públicas de comercialização de produtos da agricultura familiar.

No entanto na única agroindústria que esta funcionando, a sustentabilidade é um desafio, pois conforme detectado nos canais de comercialização, existe uma forte dependência frente aos mercados institucionais, como PAA e PNAE. Assim é importante que o empreendimento encontre outros nichos de mercado, que valorizem os atributos sociais, culturais e ambientas intrínsecos da agricultura familiar.

Quanto aos aspectos que devem ser seguidos para a implantação e bom funcionamento de agroindústrias familiares, organizadas de forma coletiva, a pesquisa indicou quinze etapas que abrange desde a concepção do projeto até o funcionamento do empreendimento, que compreende um conjunto de ações, em especial a participação dos agricultores, que são os beneficiários diretos, em todas as etapas. Isso é fundamental para a tomada de decisão sobre os rumos do projeto e tem reflexos na viabilidade do empreendimento.

Pôde-se concluir que existe um baixo número de agroindústrias familiares de polpa de frutas ligadas à cooperativas de agricultura familiar em Goiás, e que estas experiências não estão conseguindo se viabilizar econômico e socialmente. Desta forma, faz-se necessário uma maior coesão social entre os agricultores; também é necessário que as entidades ligadas ao campo estejam engajadas na defesa da agroindustrialização como um mecanismo essencial para a sustentabilidade da agricultura familiar. Na mesma dimensão, é preciso que existam políticas públicas a nível municipal e estadual que dialoguem com as iniciativas existentes do Governo Federal ligadas à agricultura familiar.

7. REFERÊNCIAS

AGNE, C. L. **Mudanças Institucionais na Agricultura Familiar: as Políticas Locais e as Políticas Públicas nas Trajetórias das Famílias nas Atividades de Processamento de Alimentos no Rio Grande do Sul.** 2014. 260 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2014.

AGNE, C. L.; WAQUIL, P. D. Redes de Proximidade: agricultores, instituições e consumidores na construção social dos mercados para os produtos das agroindústrias rurais familiares na região central do RS. **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 1, p. 149 - 171, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/1609/1383>. Acesso em: 20 jun. 2015.

BELL, J. **Projeto de pesquisa:** guia para estudantes iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. 4ª Ed. Porto Alegre: Artmed. 2008, 224 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa Nº 01, 7 jan. 2000. Regulamento Técnico geral para fixação dos padrões de identidade e qualidade para polpas de frutas. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, n.6, Brasília, 2000.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Programa de Agroindustrialização da Produção de Agricultores Familiares – 2003/2006**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cartilha**: **Programa de Agroindustrialização da Produção de Agricultores Familiares – 2007/2010**. Brasília, 2012.

BUENO, T.; SOUZA, M. M. O. Modernização Agrícola, Soberania Alimentar e Agroecologia: algumas reflexões a partir do município de Goiás-GO. In: SIMPÓSIO NACIONAL ESPAÇO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1, 2011, Anapólis: UEG, 2011, p. 1-12. Disponível em: http://www.prp.ueg.br/revista/index.php/sineep>. Acesso em: 20 maio 2015.

CARRAZZA, L. R.; NOLETO, R. A.; FILIZOLA, B. C.; (Orgs). **Cadernos de Normas Fiscais, Sanitárias e Ambientais para regularização de agroindústrias comunitárias de produtos de uso sustentável da biodiversidade.** Brasília-DF: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 2ª edição, 2012. 82 p.

DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 127-154.

DORIGON,C.; REITER, J. M. W.; MIOR, L. C.; MONDARDO, M.; DALBELLO, O.; MARCONDES, T.. **As agroindústrias rurais da agricultura familiar de Santa Catarina.** Relatório de Pesquisa EPAGRI. Florianópolis, 2011. 17p.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, n. 115, mar. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf.>. Acesso em: 15 jun. 2014.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, 408 p.

FREITAS, J. F. F.; LIMA, M. M.; SILVA, M. O.; RIBEIRO, M. L.; DIAS, R. Q.; PAOLI, T. M. P.; BERSANI, T. **Agroindústria Familiar:** orientações para formalização fiscal, ambiental e sanitária. Progama Agrolegal. Aderes. 2013. 65 p.

GAZOLLA, M. Redefinindo as agroindústrias no Brasil: uma conceituação baseada em suas condições alargadas de reprodução social. **Revista IDeAS –** Interfaces em desenvolvimento, Agricultura e Sociologia. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 62-95, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/cpda/ideas/ojs/index.php/ideas/article/view/138/131>. Acesso em: 23 out. 2014.

_____. **Conhecimentos, Produção de Novidades e Ações Institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares.** 2012. 292 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

_____. Segurança alimentar e nutricional e agroindústrias familiares: políticas públicas e ações locais. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, v. 21, p. 527-540, 2014. Disponível em: http://periodicos.bc.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634629/2550>. Acesso em: 10 maio 2015.

GAZOLLA, M.; NIEDERLE, P. A.; WAQUIL P. D. Agregação de Valor nas Agroindústrias Rurais: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.122, p.241-262, jan./jun. 2012. Disponível em: http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4161859>. Acesso em: 10 maio 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010**,** 175 p.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012, 488 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm> Acesso em: 20 jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: http://www.ibge.com.br/cidades. Acesso em: 20 jun. 2014.

INCRA. **Retrato da agricultura familiar.** 2005. Disponível em: <http: www.incra.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2014.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M J; MALUF, R. S. (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar.** Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 135-152.

_____. Mercados Agroalimentares e Agricultura Familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Revista Ensaios FEE.** Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2061>. Acesso em: 27 jul. 2014.

MATOS, G. R. **Sistema de produção de agricultores familiares fruticultores de Itapuranga** – GO. 2007. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

MELO, A. A.; VIEIRA, F. R. Agricultura Familiar Competitiva: um Diagnóstico Estratégico da Agroindústria de Processamento de Frutas e Vegetais pertecente a Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga – Goiás. **Enciclopédia BIOSFERA,** Centro Científico Conhecer. Goiânia, v.8, n.15; p. 2376 -2394, 2012. Disponível em: http://www.conhecer.org.br/enciclop/2012b/multidisciplinar/agricultura%20familiar.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2015.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010, 107 p.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó: Argos, 2005, 338 p.

_____. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2007, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. p. 20. Disponível em: <http://www.cidts.ufsc.br/articles/Artrigo_Coloquio_%20-_Mior.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2013.

_____. Trajetórias das agroindústrias familiares rurais no Estado de Santa Catarina (Brasil). In: IV CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL, 4, 2008**,** Argentina, **Anais...** Argentina: INTA, 2008. p. 24.

MIOR, L. C.; FERRARI, D. L.; MARCONDES, T.; REITER, J. M. W.; ARAUJO, L. A. Inovações Organizacionais da Agricultura Familiar: as Agroindústrias e Cooperativas Descentralizadas no Sul Catarinense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 52, 2014, Goiânia, **Anais...** Goiânia: UFG, 2014, p.20. Disponível em: http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.4/1/3664.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

OLIVEIRA, J. A.; PREZOTTO, L. L. **Metodologia para Implantação de Agroindústria**. In: Formação de Agentes de Comercialização das Bases de Serviços. Instituto Novas Fronteiras. Brasília, 2012, 54p.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul**: limites e potencialidades a sua reprodução social. Frederico Westphalen: URI, 2008, 197 p.

PLOEG, V. D. J. D. **Camponeses e Impérios Alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008, 372 p. (Coleção Estudos Rurais).

PREZOTTO, L. L. A agroindustrialização de pequeno porte: higiene, qualidade e aspectos legais. **Revista Agropecuária Catarinense**, v. 10, n. 4, p. 8-13, 1997.

_____. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas.** EDUFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis. n. 31, abr. 2002. p.133-153. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/25195/22152>. Acesso em: 12 ago. 2013.

PREZOTTO, L. L.; BAVARESCO, P. A.; SILVA, J. B. **Manual de orientações para concepção de projetos agroindustriais da agricultura familiar.** Brasília, 2005. 27p.

SCHNEIDER, S. O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 1, 2005, Brasília. **Relatórios...** Brasília: MDA, 2005, 23 p. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/1372414598.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2014.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A.A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 21-50.

SCHNEIDER, S.; XAVIER, L.; GRISA, C.; CONTERATO, M.A. A Produção para Autoconsumo no Brasil: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. **Relatório de Pesquisa.** IPEA. Brasília, 2013. 48p. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/130328_relatorio_producao_autoconsumo>. Acesso em: 20 maio 2015.

SEPLAN/SEPIN. **Goiás em Dados 2005** /Secretariado Planejamento e Desenvolvimento; Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. Goiânia: SEPLAN, 2005. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>. Acesso em: 08 abr. 2014.

SILVEIRA, P. R. C.; HEINZ, C. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para re-estruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR, I, 2005, São Luis Gonzaga-RS. **Anais**...São Luis Gonzaga: URI, 2005. p. 1-9. Disponível em: http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/artigosaoluis.pdf>. Acesso em 14 maio 2015.

SULZBACHER, A. W. Agroindústria familiar rural: caminhos para estimar impactos sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENGA, 2009, p. 1-25. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Sulzbacher_AW.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2015.

SULZBACHER, A. W.; DAVID, C. D. Alternativas para o Espaço Rural: Importância de Compatibilizar Políticas Públicas com Saberes Locais. **Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia, v.3, n. 5, p. 14-37, fev. 2008. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11838/6927>. Acesso em: 14 maio 2015.

SULZBACHER, A. W.; NEUMANN, P. S. Uma experiência de organização social em prol da rede de agroindústrias familiares: o caso da Cooperac de Constantina/RS. **Revista ACTA Geográfica.** Boa Vista, v. 5, n. 9, p.105-116, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://revista.ufrr.br/index.php/actageo/article/view/372/442>. Acesso em: 27 jul. 2014.

VIEIRA, L.F. Agricultura e Agroindústria Familiar. **Revista de Política Agrícola.** Campinas: Unicamp, v. 7, n. 1, p. 11-23, jan./mar. 1998. Disponível em: https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/195/159>. Acesso em: 05 abr. 2013.

XAVIER, K. D.; MARQUES, D. M. F.; ALMEIDA, L. M. A relevância da agricultura familiar segundo dados do Censo Agropecuário de 2006: Uma análise comparativa entre Goiás e os estados do Pará, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. **Conjuntura Econômica Goiana**, v. 1, n.21, p. 26-34, 2012.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L. Abordagem territorial no diagnóstico das agroindústrias familiares. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: FEE, 2006. Disponível em: http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m16t03.pdf>. Acesso em: 1 out. 2013.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C.; FILIPPI, E. A importância da agroindustrialização nas estratégias de reprodução social das famílias rurais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44, 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/493.pdf>. Acesso em: 22 out. 2014.

WILKINSON, J. Cadeias Produtivas para Agricultura Familiar. **Revista de Administração da UFLA**. Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 34-41, jan./jun. 1999. (Série Organizações Rurais e Agroindústrias). Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/299>. Acesso em: 05 abr. 2013.

_____. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 213 p. (Série Estudos Rurais).

ANEXO

ANEXO 1 – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Agroindústrias Familiares em Goiás: uma análise no segmento de polpa de frutas

Pesquisador: Juliana Moreira Rodrigues
Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 25752614.4.0000.5083
Instituição Proponente: Universidade Federal de Goiás - UFG
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 741.234
Data da Relatoria: 04/08/2014

Apresentação do Projeto:
A autora pretende pesquisar a concepção da agroindústria e seu funcionamento, destacando as fragilidades e potencialidades. O projeto "Agroindústrias Familiares em Goiás: uma análise no segmento de polpa de frutas" tem duas faces: uma de pesquisa e a outra, decorrente desta, de aplicação dos conhecimentos gerados para a elaboração de um documento orientador, que se constituirá num "passo-a-passo" para implementação e funcionamento de qualquer unidade agroindustrial familiar. É um projeto preocupado com a produção de polpas de frutas em três municípios em Goiás - Itapuranga, São Patrício e Goiás, gestadas por cooperativas. A autora afirma que este é um estudo interdisciplinar entre a Sociologia, Ciências Agrárias, Alimentos e Administrativas, que utilizará métodos quantitativos e qualitativos. Os dados serão coletados por meio de questionários semi-estruturados. b- através da realização de visitas in locu, para levantamento completo da situação das agroindústrias familiares, permitindo desta forma uma análise mais concreta da realidade, bem como a elaboração de um banco de dados sobre essas unidades familiares. 3- Também será aplicado um questionário oficial do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, com questões fechadas que abrange todos os itens referentes às Boas Práticas de Fabricação – BPF's.

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.001-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prppg.ufg@gmail.com

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Caracterizar os principais fatores que dificultam o funcionamento das Agroindústrias Familiares em Goiás. Objetivo Secundário: *Relacionar os tipos de empreendimentos de polpa de fruta registrados no Ministério da Agricultura em Goiás; *Compreender o processo de implantação e funcionamento das agroindústrias familiares de empreendimentos coletivos; *Avaliar a situação das agroindústrias frente às variáveis econômicas, administrativas, normas sanitárias e acesso aos mercados; *Analisar a relação das agroindústrias familiares com outras organizações e com as políticas públicas do segmento.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Os desconfortos e os riscos que eventualmente venham a ocorrer, serão de ordem mercadológica. Pode ocorrer de existir algum procedimento específico desenvolvido em alguma das agroindústrias que seja uma estratégia secreta para agregação de valor ao produto ou se caracterize como um fator de relevância diante dos concorrentes. Benefícios: Entre os benefícios da pesquisa, podemos elencar:- geração de conhecimento sobre o papel da agroindustrialização na agricultura familiar;- através do roteiro de orientação para funcionamento de uma agroindústria, possibilitará que outras agroindústrias inativas recomecem sua organização;- Apontar possibilidades de agregação de valor e consequente geração de renda para a agricultura familiar.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O tema da pesquisa é relevante para a produção agrícola familiar e de processamento ,neste caso, de frutas. O raciocínio lógico da investigação científica nesta pesquisa é enquadrado no método científico indutivo, "o pesquisador avança para descobrir um princípio unificador (...) a indução avança de detalhes fragmentários para uma visão conectada da situação". Quanto a caracterização do estudo, se enquadra como interdisciplinar, uma vez que é de interesse principalmente das áreas de Sociologia, Ciências Agrárias, Alimentos e Administrativas. Esta utilizar-se-á de métodos quantitativos e qualitativos, afim de possibilitar a triangulação de dados. Quanto a tipologia do estudo pode-se inferir que é um nível de investigação aplicada, caracterizando como um estudo de caso. "Os pesquisadores de estudos de caso visam identificar, a partir das características comuns e específicas, os vários processos interativos em ação e mostrar como eles afetam a implementação de sistemas e influenciam a maneira como uma organização funciona". O universo será composto por três agroindústrias: PRAFICAR, CAPRUS e COISAS DO CERRADO; pertencentes a três Cooperativas de Agricultura Familiar, localizadas nos municípios de Itapuranga, São Patrício e Goiás, respectivamente. Para delimitação do universo da pesquisa utilizou-se uma amostragem

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.001-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prppg.ufg@gmail.com

não probabilística, intencional, tomando-se três ambientes já descritos. A característica comum dos ambientes é o tipo de produto beneficiado – polpa de frutas. Aplicar-se-á aos três ambientes um roteiro de entrevista semiestruturada, contemplando 3 eixos principais: o resgate da memória dos empreendimentos, seu funcionamento e o relacionamento com as políticas públicas. Para coleta dos dados serão realizadas visitas in locu, para levantamento completo da situação,bem como a elaboração de um banco de dados sobre essas unidades familiares. Através desse levantamento serão observadas as informações referentes às agroindústrias familiares que estão inativas, ou seja, que agroindustrializaram produtos e atuaram comercialmente por um período e que no momento encontram-se sem processar nenhum produto, objetivando analisar os reais motivos que inviabilizaram o processo de agroindustrialização. A segunda etapa será a tabulação dos dados coletados. Na terceira etapa será elaborado um documento orientador, que se constituirá num "passo-a-passo" para implementação e funcionamento de qualquer unidade agroindustrial familiar.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

No TCLE relatam que não representará nenhum risco. Não está previsto qualquer tipo de benefício, pagamento ou gratificação financeira. Não está prevista qualquer tipo de indenização em caso de danos decorrentes de sua participação na pesquisa; Não será cobrado pela sua participação. Para aplicar o questionário, dispenderá entre 1 a 2 horas, a qual poderá ser na casa, na sua comunidade ou no seu local de trabalho. utilizarão um gravador e máquina fotográfica com prévia autorização. Não está obrigado a responder às perguntas que possam ocasionar constrangimentos de alguma natureza. Poderá recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. As informações fornecidas serão tratadas de forma confidencial e não serão fornecidas a terceiros e serão utilizadas somente para os objetivos da pesquisa.

Comentário: A pesquisadora deverá considerar o exposto na Resolução 466/2012 sobre o que tange a indenização: item IV.3 h - "explicitação da garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa" e item no TCLE: item IV.4 c: "não exigir do participante da pesquisa, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido não deve conter ressalva que afaste essa responsabilidade ou que implique ao participante da pesquisa abrir mão de seus direitos, incluindo o direito de procurar obter indenização por danos eventuais". Portanto, o item inserido (Não está prevista qualquer tipo de indenização em caso de danos decorrentes de sua participação na pesquisa) deverá ser substituído.

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.001-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prppg.ufg@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG

Continuação do Parecer: 741.234

.Apresentam os termos de anuências das empresas envolvidas.

Recomendações:

Adequar no TCLE quanto à indenização.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise dos documentos postados somos, smj, favoráveis à aprovação

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Enviar relatórios parcial e final.

GOIANIA, 06 de Agosto de 2014

Assinado por:
João Batista de Souza
(Coordenador)

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.001-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prppg.ufg@gmail.com

APÊNDICES

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO TESTE - DIAGNÓSTICO PRELIMINAR

Identificação

1. Nome do Empreendimento: _____

_____

2. Endereço Completo: _____

_____

3. Contatos:
Telefone: (___)_____ e-mail: _____

4. O empreendimento é vinculado a alguma organização?
( ) Associação
( ) Cooperativa
( ) Outro: _____

5. Número total de sócios do empreendimento: _____

Total de Homens: _____ Total de Mulheres: _____

Infraestrutura

6. O empreendimento foi construído com que recursos?

( ) Próprios
( ) Próprios + financiamento de banco
( ) Próprios + financiamento + repasse de órgão público
( ) Recursos não reembolsáveis
( ) Outro: _____

7. Qual é o tamanho da agroindústria?

( ) até 50m²
( ) de 51 a 100m²
( ) de 101 a 200m²
( ) de 201 a 300m²
( ) de 301 a 400m²
( ) de 401 até 500m²

8. Tempo de existência da Agroindústria? _____
9. Tempo de funcionamento?
( ) até ano
( ) 1 a 3 anos
( ) 4 a 6 anos

( ) 6 a 10 anos
( ) acima de 10 anos

Pessoal

10. Possui quantos funcionários?
( ) até 2
( ) de 3 a 5
( ) de 5 a 7
( ) de 8 a 10
( ) mais de 10

11. Quantos são registrados? _____

12. Utiliza mão de obra temporária?
( ) SIM
( ) NÃO

13. Escolaridade dos funcionários:
( ) Ensino fundamental incompleto
( ) Ensino fundamental completo
( ) Ensino médio incompleto
( ) Ensino médio completo
( ) Ensino superior incompleto
( ) Ensino superior completo

14. Os funcionários são cooperados?
( ) SIM
( ) NÃO

15. Os funcionários participam de treinamentos?
( ) SIM
( ) NÃO

16. Com qual periodicidade?
( ) mensalmente
( ) trimestralmente
( ) semestralmente
( ) anualmente

Legalização da agroindústria

17. O empreendimento possui registro de Inspeção Sanitária?
( ) Não ( ) Sim Qual: _____

18. O empreendimento possui licenciamento ambiental?
( ) Não ( ) Sim Qual: _____

Aspectos produtivos

19. Quais produtos são beneficiados na unidade?

_____

_____

20.

PRODUTO	QUANTIDADE / MÊS

21. DESTINO DOS PRODUTOS: Quantidade/mês

( ) PAA (Programa de Aquisição de Alimentos _____

( ) PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) _____

( ) Atacado _____

( ) Varejo _____

( ) Outro: _____ _____

22. O empreendimento recebe algum tipo de Assistência Técnica:

( ) NÃO

( ) SIM Qual: _____

22. Dificuldades na aquisição de matéria prima
( ) Custos elevados
( ) Falta qualidade
( ) Sazonalidade dos produtos
( ) Forma de pagamento
( ) Dificuldade na entrega dos produtos
( ) Dificuldades de concessão de crédito por parte dos fornecedores

23. Existe diferenciação de preço pago ao produtor cooperado com o não cooperado?
( ) NÃO ( ) SIM

24. Qual a porcentagem dessa diferença? _____ %

25. Dificuldades de ordem financeira:
( ) Juros elevados
( ) Capital de giro
( ) Custos elevados na produção
( ) Custos elevados da matéria-prima
( ) Sazonalidade na receita
( ) Difícil acesso ao crédito

26. Dificuldades na comercialização:
( ) Baixo custo de mercado
( ) Faltam compradores
( ) Muita concorrência
( ) Margem de lucro pequena
( ) Falta de estrutura para estocar
( ) Dificuldade em transportar produtos
( ) Abrangência de mercado muito restrita
( ) A informalidade

27. Dificuldades no processo produtivo:
( ) Equipamentos inadequados
( ) Elevado custo de produção
( ) Falta de tecnologia adequada
( ) Escassez de matéria-prima
( ) Baixa escala de produção
( ) Qualidade dos produtos
( ) Desconhecimento de técnicas de produção adequadas
( ) Estrutura física inadequada para produção

28. Gestão da agroindústria
( ) Alto custo de mão de obra
( ) Falta de pessoal capacitado
( ) Desconhecimento de técnicas de administração
( ) Falta de treinamento em técnicas de administração
( ) Falta de estrutura administrativa
( ) Relacionamento interpessoal entre os associados

29. Assistência técnica
( ) EMATER
( ) Prefeituras
( ) Cooperativas
( ) SEBRA
( ) SENAR
( ) Sindicatos
( ) Universidade
( ) Outras _____

30. Como é feita o controle de qualidade da matéria prima?

31. Como é feito o controle de qualidade do produto acabado?

32. A agroindústria possui algum financiamento? Se sim, qual?

33. Faturamento médio mensal? R$_____

34. Despesa média mensal: R$ _____

35. Possui investimento em tecnologia? Se sim, qual?

36. Possui tecnologia em relação aos concorrentes?

37. Atividades informatizadas utilizadas?
( ) Controle de venda
( ) Cadastro de cliente
( ) Folha de pagamento
( ) Cadastro de fornecedores
( ) Fluxo de caixa
( ) Internet

38. Processo produtivo:
( ) Manual
( ) Semi-automatizado
( ) Automatizado

39. Capacidade média de produção

40. Capacidade dos equipamentos

41. Local onde as agroindústrias vão buscar informações sobre o processo produtivo
( ) Televisão/Rádio
( ) Revista/Jornal/Publicação Técnica
( ) Assistência Técnica Pública
( ) Centros Tecnológicos
( ) Universidades
( ) Assistência Técnica privada
( ) Outros

42. Mudanças necessárias para mudar/ melhorar o processo produtivo
( ) Investimentos em máquinas/equipamentos
( ) Construção/Reforma do espaço físico
( ) Capacitação de produtores/ mão de obra
( ) Investimento em tecnológica/ informatização
( ) Planejamento/orientação técnica

GESTÃO

43. Sistema de gestão utilizado pela agroindústria
( ) Controle de estoque
( ) Controle de produção
( ) Controle de venda
( ) Fluxo de Caixa

( ) Planejamento estratégico (Metas)
( ) Relatório Contábil
( ) Relatórios gerenciais
( ) Gestão da qualidade total
( ) Outros

44. Destinação dos resíduos gerados
( ) Ração para animais
( ) Adubação do solo
( ) Coleta pública do lixo

45. Quantidade de resíduo gerado

OBSERVAÇÕES:

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADA: AGRICULTORES E GESTORES DAS AGROINDÚSTRIAS

A – <u>Dados de identificação</u>:

- Nome do entrevistado (a): .....
- Cargo/função do entrevistado (a): .....
- Nome da organização: .....
- Nº de famílias que participam do empreendimento: .....
- Municípios de abrangência: .....
- Ano em que foi criada: .....
- Endereço: .....
- Município: .....
- Telefone e e-mail de contato: .....
- Perfil dos associados do empreendimento:

( ) Agricultura Familiar ( ) Beneficiários da reforma agrária
( ) Extrativista ( ) Outro. Especificar: _____

B – Memória do empreendimento (*Compreender o processo de implantação e funcionamento das agroindústrias familiares de empreendimentos coletivos*).

1. Como e quando foi pensada a instalação da agroindústria? (pessoas e instituições mentoras)

2. Existe ou existia demanda deste tipo de agroindústria na região?

3. Os agricultores participaram das decisões? De que forma?

4. Houve acompanhamento técnico no processo de elaboração e execução do projeto da agroindústria?

5. Qual foi a origem dos recursos? Foram suficientes? O que faltou?

6. Como avalia os recursos públicos de infraestrutura para o fortalecimento da agricultura familiar (captar a opinião se funciona a forma de repasse dos recursos via prefeitura)?

7. Quando foi inicializada e finalizada a obra?

8. Depois de finalizada a obra, houve a necessidade de alguma alteração na estrutura física da agroindústria?

9. O empreendimento é de propriedade da Cooperativa?

10. Quando entrou em funcionamento? Por quê?

11. A estrutura física é compatível com os equipamentos e as necessidades de produção?

12. Avaliação dos procedimentos para registro nos órgão de fiscalização ambiental e sanitária?

Quadro 1.	Possui registro?		
Órgãos de fiscalização	Se **sim**, Qual?	**Se sim, marcar grau de dificuldade:** (1) **nada** difícil; (2) **pouco** difícil; (3) **razoavelmente** (4) **difícil**; (5) **muito** difícil.	Se **não**, Por quê?
a. Ambiental			
b. Sanitária			

C – Dificuldades de funcionamento das agroindústrias (*Avaliar a situação das agroindústrias frente às variáveis econômicas, administrativas, normas sanitárias e acesso aos mercados*).

1. Qual a origem da matéria prima?

1.1 Existe algum preço diferenciado para a matéria-prima?

2. A agroindústria possui capital de giro?

3. Existe um ponto de equilíbrio entre Receitas e Despesas?

4. Despesas que mais impactam nos custos de produção?

5. Volume comercializado, por tipo de produto em kg e R$ (mensal ou anual)?

6. Qual a capacidade de estocagem da agroindústria? É suficiente para manter a sazonalidade dos produtos?

7. Possui acompanhamento técnico-administrativo? Se sim, de qual instituição?

8. Os funcionários são cooperados? Qual o grau de instrução dos funcionários e gestores?

9. Sobre o cumprimento das exigências sanitárias, quais procedimentos consideram mais difíceis de serem cumpridos?

10. A agroindústria já recebeu alguma sanção/notificação das agências reguladoras da produção, comercialização e consumo de alimentos?

11. Quais os canais de comercialização acessados pela agroindústria e qual a porcentagem que cada mercado representa?

	%
( ) Mercado institucional	_____
( ) Super e hipermercados	_____
( ) Varejo de pequeno porte (lojas, mercados e mercearias)	_____

( ) Atacadistas e distribuidores _____
( ) Feiras e outras formas de venda direta ao consumidor _____
( ) Comercialização virtual _____
( ) Outros. Especificar: _____

12. Quais as principais dificuldades encontradas pelo empreendimento para industrializar a produção? Assinale as principais (no máximo 3).

( ) Burocracia
( ) Legislação
( ) Crédito
( ) Obtenção de matéria prima
( ) Controle de qualidade
( ) Custos
( ) Estrutura física
( ) Mercado
( ) Mão-de-obra
( ) Ater
( ) Outro. Especificar: _____

13. Quais as principais dificuldades encontradas pelo empreendimento para comercializar a produção? Assinale as principais (no máximo 3).

( ) Custos elevados
( ) Concorrência
( ) Exigências dos mercados
( ) Falta de um representante comercial
( ) Baixa escala
( ) Margem de lucro reduzida
( ) Transporte e logística
( ) Sazonalidade
( ) Outro. Especificar: _____

14. O que considera que sua agroindústria tem de diferente das outras? (produtos e serviços)

15. Como é realizado o processo de administração coletiva da organização?

16. Qual é a sua avaliação a cerca das variáveis: econômicas, administrativas, normas sanitárias e acesso à mercados?

Quadro 2.	Possui acesso?		
Variáveis	**Sim**	**Se sim, marcar grau de dificuldade:** (1) **nada** difícil; (2) **pouco** difícil; (3) **razoavelmente** (4) **difícil**; (5) **muito** difícil.	**Não,** por quê?
a. Econômicas			
b. Administrativas			
c. Normas sanitárias			
d. Acesso à mercados			

D – Relações institucionais e políticas públicas (*Analisar a relação desses empreendimentos com outras organizações e as políticas públicas do segmento*).

1. Quais as parcerias já estão consolidadas ou em fase de consolidação com a agroindústria? E de que forma foram estabelecidas?
2. Qual a sua avaliação dos órgãos públicos locais e regionais que a agroindústria interage ou interagiu na execução de suas atividades?

Quadro 3.	Interage, já interagiu?		
Órgãos públicos locais e regionais:	Se sim, Desde que ano?	**Se sim, marcar importância:** (1) **nada** importante; (2) **pouco** importante; (3) **razoavelmente** (4) **importante**; (5) **muito** importante	Se **sim e não:** Este órgão é bem atuante no município ou região?
a. Secretaria da Agricultura			
b. Emater			
c. Sindicato Rural			
d. Sindicato dos trabalhadores rurais			
e. Prefeitura			
f. Senar			
g. ONG's. Citar:			
h. Universidades. Citar:			
i. Outros. Citar:			

3. A agroindústria já fez algum financiamento (Pronaf-Agroindústria)? Se sim, foi custeio ou investimento? (destinação do recurso)

4. A agroindústria recebe alguma assistência técnica pública? Se sim, qual?

5. Como avalia o acesso às políticas públicas (Crédito, Infraestrutura, Comercialização e Ater) para as agroindústrias familiares?

Quadro 4.	Já teve acesso?		
Políticas públicas	Se sim, qual ano?	**Se sim, marcar importância:** (1) **nada** importante; (2) **pouco** importante; (3) **razoavelmente** (4) **importante**; (5) **muito** importante	Se **não**, você conhece?
a. Pronaf			
b. PNAE			
c. PAA			
d. Programa Mais Alimentos			
e. ATER			
f. Outro. Citar:			

APÊNDICE C: Modelo do Termo de Consentimento de Livre Esclarecimento (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Meu nome é **Juliana Moreira Rodrigues**, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é **Agricultura Familiar e Agronegócio**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma.

Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, **Juliana Moreira Rodrigues** nos telefones: (62) 3312-1159 e (62) 8137-7396. Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, nos telefones: (62) 3521-1075 ou 3521-1076.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A PESQUISA

- **Título**: Agroindústrias Familiares em Goiás: uma análise no segmento de polpa de frutas.

- **Justificativa:** A agricultura familiar sofreu um processo de mercantilização, que provocou uma dinâmica seletiva no campo, permanecendo na atividade, de um lado uma parcela de agricultores marginalizados e menos capitalizados e do outro, essencialmente os mais capitalizados ou com maior inserção ao mercado. Com o surgimento dos problemas causados por esta modernização conservadora, inicia-se um importante movimento para transformar a matriz produtiva no campo e ampliar a diversificação produtiva. É neste momento que as Agroindústrias Familiares passam a assumir um papel significante no ciclo econômico de qualquer região, possibilitando a elaboração de relações comerciais diferenciadas daquelas propostas pelas empresas do ramo agropecuário, bem como gerando alternativas para manter uma diversidade produtiva no campo. Diante dessa mercantilização, as agroindústrias familiares se tornaram uma forma de resistência dos agricultores para permanecerem no campo. Essas unidades passaram a representar a possibilidade de agregar valor aos produtos, gerar renda e oferecer oportunidades de emprego para a população rural.

  No intuito de mostrar a importância da agroindustrialização para a agricultura familiar, esta pesquisa tem como objetivo realizar um estudo de caso em três Agroindústrias de Processamento de Frutas, gestadas por cooperativas. O estudo de caso pretende abranger desde a concepção da

agroindústria até seu funcionamento, assim como a relação desses empreendimentos com as políticas públicas.

- **Objetivos e Procedimentos:**

- ✓ Compreender o processo de implantação e funcionamento das agroindústrias familiares de empreendimentos coletivos em Goiás.
- ✓ Avaliar a situação das agroindústrias frente as variáveis econômicas, administrativas, normas sanitárias e acesso aos mercados;
- ✓ Analisar a relação das agroindústrias com outras organizações e as políticas públicas.

- A sua participação na pesquisa não representará nenhum risco para si.
- Não está previsto qualquer tipo de benefício, pagamento ou gratificação financeira pela sua participação na pesquisa.
- Não está prevista qualquer tipo de indenização em caso de danos decorrentes de sua participação na pesquisa;
- Não será de forma alguma cobrado valor algum pela sua participação na pesquisa, sendo que todos os custos envolvidos são da inteira responsabilidade do pesquisador.
- Para a realização da nossa entrevista/questionário, precisaremos entre 1 a 2 horas de tempo e a nossa sessão poderá ter lugar em sua casa, na sua comunidade ou no seu local de trabalho. Para o registro das informações utilizaremos um gravador e máquina fotográfica com a sua prévia autorização.
- Ao responder ao questionário, você não está obrigado a responder às perguntas que possam ocasionar-lhe constrangimentos de alguma natureza.
- Você pode recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado.
- As informações fornecidas serão tratadas de forma confidencial e não serão fornecidas a terceiros e serão utilizadas somente para os objetivos da pesquisa.

_____

Juliana Moreira Rodrigues

(Pesquisadora)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____, RG/ CPF/ n.º de prontuário/ n.º de matrícula _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo **Agroindústrias Familiares em Goiás: uma análise no segmento de polpa de fruta** como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora **Juliana Moreira Rodrigues** sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data:_____

Nome e Assinatura do sujeito: _____

Assinatura por datiloscopia:

APÊNDICE D: LISTA DE ENTREVISTADOS, CARGOS/FUNÇÕES PROFISSIONAIS E MUNICÍPIOS.

Entrevista 01: Diretora Administrativa da Caprus, São Patrício.

Entrevista 02: Agricultor e Presidente da Caprus, São Patrício.

Entrevista 03: Agricultor e ex-técnico da Emater, São Patrício.

Entrevista 04: Agricultor e Vereador, São Patrício.

Entrevista 05: Agricultor, Caprus, São Patrício.

Entrevista 06: Agricultor, Ex Presidente da Coopar e Vereador, Goiás.

Entrevista 07: Agricultor, Presidente da Coopar, Goiás.

Entrevista 08: Agricultora, Secretária da Coopar, Goiás.

Entrevista 09: Agricultor, membro da CPT, Goiás.

Entrevista 10: Assentado, Coopar, Goiás.

Entrevista 11: Coordenadora da Agroindústria Cooperafi, Itapuranga.

Entrevista 12: Funcionário da Agroindústria Cooperafi, Itapuranga.

Entrevista 13: Agricultor, Ex-presidente da Cooperafi, Itapuranga.

Entrevista 14: Agricultor e presidente da Cooperafi, Itapuranga.

Entrevista 15: Agricultor, Cooperafi, Itapuranga.

APÊNDICE E: TERMO DE ANUÊNCIA DAS COOPERATIVAS

A) Cooperativa Agroindustrial dos Produtores de São Patrício - CAPRUS

caprus

TERMO DE ANUÊNCIA

Declaro que após receber os esclarecimentos e informações sobre os objetivos da pesquisa a ser realizada pela pesquisadora **Juliana Moreira Rodrigues**, com área de atuação em **Agricultura Familiar e Agronegócio**, tendo como título: **"Agroindústrias Familiares em Goiás: uma análise no segmento de polpa de frutas"**, permito que a mesma realize sua pesquisa na Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais de São Patrício - CAPRUS - São Patrício, que represento, e estou ciente de que os dados aqui obtidos servirão para realização de trabalho científico e a consequente divulgação de seu resultado, independentemente destes serem favoráveis ou não.

Local e data: São Patrício, 05 de fevereiro de 2014

Nome e Assinatura do anuente: Alessandra Pereira de Oliveira

08107667/0001-08
Cooperativa Agroindustrial de Produtores Rurais de São Patrício
Av Manoel Honorato, Esq. c/ Rua 02 s/nº
Lamouniar
CEP 76.343-000
São Patrício - Go

B) Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Goiás e Região - COOPAR

COOPAR
COOPERATIVA MISTA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE GOIÁS E REGIÃO

Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Goiás e Região

Rua Travessa da Catedral S/N- Casa da Agricultura Familiar – Centro

CEP-76.600-000- Fone- 062-3371-4882

CNPJ- 09.396.768/0001-09 **INSCR. ESTADUAL- 10.435.747-9**

TERMO DE ANUÊNCIA

Declaro que após receber os esclarecimentos e informações sobre os objetivos da pesquisa a ser realizada pela pesquisadora **Juliana Moreira Rodrigues**, com área de atuação em **Agricultura Familiar e Agronegócio**, tendo como título: **"Agroindústrias Familiares em Goiás: uma análise no segmento de polpa de frutas"**, permito que a mesma realize sua pesquisa na **Cooperativa Mista de Agricultores Familiares do Município de Goiás e Região**, que represento, e estou ciente de que os dados aqui obtidos servirão para realização de trabalho científico e a consequente divulgação de seu resultado, independentemente destes serem favoráveis ou não.

Cidade de Goiás, 18 de março de 2014.

José Osmar Nunes Marques

José Osmar Nunes Marques

CPF 463.023.601-503

Presidente da COOPAR

C) Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga - COOPERAFI

COOPERAFI – Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga.
Fortalecendo a Agricultura Familiar!
CNPJ.: 02.966.979/0001-82 Rua 50-A, nº 05, Centro, Itapuranga-Go.
Tel.: (62) 3312-1440 / 3312-2013 Site: www.projetofruticultura.com.br

TERMO DE ANUÊNCIA

Declaro que após receber os esclarecimentos e informações sobre os objetivos da pesquisa a ser realizada pela pesquisadora **Juliana Moreira Rodrigues**, com área de atuação em **Agricultura Familiar e Agronegócio**, tendo como título: **"Agroindústrias Familiares em Goiás: uma análise no segmento de polpa de frutas"**, permito que a mesma realize sua pesquisa na Agroindústria de Polpas PRAFICAR da COOPERAFI, que represento, e estou ciente de que os dados aqui obtidos servirão para realização de trabalho científico e a consequente divulgação de seu resultado, independentemente destes serem favoráveis ou não.

Local e data: Itapuranga, 10 de março de 2014

Nome e Assinatura do anuente:

Ilmon José de Queiroz

Ilmon José de Queiroz
Diretor Presidente
COOPERAFI

02.966.979/0001-82
Insc. Estadual: 10.312.171-4
Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga
Rua 50-A nº 05 - Centro - CEP: 76.680-000
ITAPURANGA - GOIÁS